


[illegible]



	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0015174/2023	24/07/2023 16:29:18
REQUERENTE UP SOLUÇÕES LTDA. - ME			
ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CP 02/2023			

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ

Edital de Concorrência Pública nº 02/2023

UP SOLUÇÕES LTDA. - ME, licitante já qualificada neste certame, inscrita no CNPJ sob o nº 08.723.878/0001-67, com endereço nesta cidade na Avenida Franklin Roosevelt, nº 23, sala 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.021-120, vem, através da presente, apresentar **recurso** às notas atribuídas na 8ª ata de realização da concorrência pública em referência, conforme fatos e fundamentos que a seguir expõe:

I – BREVE SÍNTESE

O Edital de Concorrência Pública nº 02/2023 tem como objeto a "*a contratação de prestação de serviço de produção audiovisual, para a execução de programas jornalísticos e culturais serem veiculados em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais para a Prefeitura de Maricá*".

A modalidade escolhida foi a Concorrência Pública, sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo julgada pelo critério "*Técnica e Preço*".

O valor orçado para a realização do projeto é de R\$ 3.353.975,62 (três milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Ultrapassada a fase de habilitação, iniciou-se as análises das propostas técnicas, cujas notas foram assim distribuídas:

EMPRESA	NOTA
Lira Filmes Produções Ltda.	94
Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em Saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda - COOPAS	88
Parteners Comunicação Integrada Ltda.	86
UP Soluções Ltda.	82
Digilab Soluções Tecnológicas Ltda.	56

Ocorre que diversas inconsistências e desproporcionalidades foram encontradas nas notas atribuídas aos licitantes, bem como documentos e projetos que não foram apreciados, de forma que deve haver nova apreciação dos documentos.

II – PRELIMINAR

Analisando as notas atribuídas as empresas por cada avaliador, vê-se que o avaliador 1, Sra. Amanda Pereira de Araújo, atribuiu nota 0 (zero) à UP Soluções no sub quesito 1 do quesito 3, nota bastante discrepante dos demais avaliadores.

Em um universo em que 7 (sete) é a nota máxima, o segundo avaliador, Sra. Gerlani Alves de Azevedo atribuiu nota 3 (três), enquanto o Sr. Sérgio Renato Oliveira de Azevedo atribuiu nota 6 (seis).

Relembre-se que o edital prevê ser 0 (zero) a nota para “*inadequado*”, ser 3 (três) correspondente a “*parcialmente adequado*”, e ser 7 (sete) nota máxima, nomeada como “*adequada*”.

Contudo, salta aos olhos a discrepância entre as notas atribuídas pelos avaliadores neste quesito, principalmente entre a avaliadora 1, Sra. Amanda Pereira de Araújo, que atribuiu nota 0 (zero), enquanto o Sr. Sérgio Renato Oliveira de Azevedo atribuiu nota 6 (seis).

Não se observa nenhuma justificativa razoável para a aplicação de nota tão ínfima à recorrente, uma vez que esta atendeu aos requisitos de custo benefício.

Chama ainda mais atenção a atribuição de nota 0 (zero) ao se observar que o subitem a qual se refere tal nota trata de “*Adequação da verba indicada para a execução de cada ação proposta*”.

Ora, como a verba indicada por parte da recorrente para a execução da proposta pode não ter sido adequada e ser merecedora de nota zero se a proposta consegue alocar todos os projetos e ideias expostas no edital e no briefing sem sequer alcançar o valor orçado para a realização do projeto?

Aliás, nem se leve em consideração a nota três atribuída pelo segunda avaliador para afastar a alegação de discrepância, isto porquê, como já dito, a nota três significa parcialmente adequado. A diferença entre parcialmente adequado e completamente inadequado, para fins de processo licitatório, é gritante.

Portanto, antes de se observar as razões da recorrente para reavaliação das notas atribuídas as empresas neste certame, há que se destacar, em caráter preliminar, a discrepância entre as notas atribuídas pelos avaliadores.

A importância de se destacar tamanha discrepância se dá em razão de que, em casos como este, ser auferido apenas se as propostas técnicas atendem ou não os requisitos exigidos no Edital, ante a manifesta subjetividade.

A jurisprudência majoritária dos Tribunais de Contas e dos Tribunais Estaduais sobre a impossibilidade de normas subjetivas em editais de licitação, conforme faz prova os documentos em anexo.

É completamente vedada a realização de processo licitatório, ainda que seja pelo critério de técnica e preço, que seja norteado por requisitos subjetivos e abstratos, uma vez que acaba por conferir carta branca à administração para extrapolar, consciente ou inconscientemente, a legalidade.

O edital deve detalhar, portanto, os critérios de avaliação e a metodologia de trabalho da comissão de licitação, objetivando diminuir a margem de subjetividade, por ocasião do julgamento das propostas técnicas.

Portanto, como o edital não é somente de técnica, mas sim técnica e preço, há a possibilidade de, ocorrendo discrepância de notas, o requisito de técnica se limitar a aferição do atendimento ou não das normas exigidas pelo edital, sem atribuição de notas.

Em assim sendo, as empresas que não tenham atendido os requisitos são desclassificadas e as empresas que atenderam ao preço são classificadas pelo critério de melhor preço.

III – DA NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DAS NOTAS DA UP SOLUÇÕES

Analisando as notas de atribuídas à empresa recorrente, bem como o Relatório de Avaliação, vê-se grandes discrepâncias entre os critérios utilizados para os demais concorrentes.

Outro ponto que deve ser ressaltado, é que não houve validação e pontuação de elementos e projetos apresentados pela UP. O Relatório de avaliação informa que a UP deixou de apresentar informações que foram apresentadas na proposta técnica.

Por estes motivos, passa-se a expor, detalhada e discriminadamente as razões pela quais deve ser majorada a nota atribuída à UP Soluções:

III.1.1 – Quesito 1: Ausência de indicação se os equipamentos utilizados serão próprios ou adquiridos.

Não se compreende a contradição entre o exposto no Relatório de Avaliação nos quesitos um e quatro, por serem manifestamente contraditórios entre si.

No quesito 1, o relatório de avaliação constata e atribui como ponto negativo o fato da recorrente não especificar se os equipamentos a serem utilizados são próprios ou se serão adquiridos, ao passo que o subquesito 2 do quesito 4 reconhece que a empresa possui "*infraestrutura satisfatória*".

Por essa razão, a avaliação negativa prestada no quesito 1, a qual foi responsável pela perda de pontos pela recorrente, se mostra extremamente contraditória para com a avaliação apresentada no subquesito 2 do quesito 4.

Isto porquê, ao demonstrar a infraestrutura satisfatória que a recorrente possui, esta evidencia que os equipamentos apresentados no projeto serão próprios, à exceção dos equipamentos apontados nas páginas 37/41, no setor de investimentos.

Ora, se os equipamentos estão expostos no setor de investimentos, fica claro que serão adquiridos.

Portanto, houve sim a indicação dos equipamentos que são próprios (auferidos na parte de infraestrutura) e dos equipamentos que serão necessários o investimento, ou seja, que serão adquiridos (indicados discriminadamente na parte de investimento, às fls. 37/41).

Ademais, vê-se também que a empresa COOPAS apresenta planilha com diversos equipamentos necessários, contudo, não indica se são próprios ou se serão adquiridos, no entanto, não há nenhuma observação à empresa quanto a este fato.

Tal empresa, ainda, teve nota 4 pontos superior à recorrente, mesmo a COOPAS recebendo mais dois pontos negativos no relatório de avaliação.

Sendo assim, deve haver esclarecimento por parte dos avaliadores quanto a contradição aqui indicada. Por conseguinte, uma vez já reconhecido pelos próprios avaliadores o fato de que a empresa possui infraestrutura satisfatória, razão pela qual deve ser reconhecida que os equipamentos foram indicados na proposta.

III.1.2 – Quesito 1: Ausência de clareza se a estrutura será construída.

O relatório de Avaliação demonstra, de forma bem precisa, que a estrutura será construída, inclusive, demonstrando o valor que será despendido para a referida construção.

Observe-se o item 9 da página 39:

**9. Local de Gravação: O alto custo se justifica pelo ambiente de gravação de qualidade que melhora a qualidade percebida do produto e seus conteúdos.
(R\$ 150.0000,00)**

Ora, houve expressa indicação no setor de investimentos de que a estrutura de gravação será construída objetivando melhor qualidade no ambiente de gravação.

Portanto, mostra-se indevida a atribuição de qualquer pontuação à recorrida senão àquela que se refere a satisfatória. Qualquer outra pontuação apenas demonstrará a não observância pelos avaliadores da completude da proposta.

Não se mostra viável que, em todos os itens, a recorrente repita as mesmas informações já constantes na proposta técnica. Se já consta na parte de investimentos e orçamento que a estrutura de gravação será construída, não se afigura como necessário

que a recorrente repita tal informação no quesito destinado exclusivamente a solução de produção.

Por este motivo, apontado que a suposta "falha" encontrada pelos avaliadores consta expressamente atendida pela proposta, deve haver a majoração da nota atribuída à UP Soluções para satisfatória.

III.1.3 – Quesito 1: Dúvidas que poderiam ser sanáveis através de simples diligência.

Como é de ciência desta Comissão, a jurisprudência unânime do TCE/RJ caminha no mesmo sentido da jurisprudência do TCU, que, por sua vez, determina que, em dúvidas simplórias como esta, cabe à Comissão diligenciar para esclarecer dúvidas sanáveis, como se vê abaixo:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.

(Acórdão 2302/2012-Plenário. Revisor: WALTON ALENCAR RODRIGUES. ÁREA: Licitação. TEMA: Julgamento | SUBTEMA: Competitividade. Outros indexadores: Documentação, Irrelevância, Diligência, Omissão, Irregularidade)

É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.

(Acórdão 2239/2018-Plenário | Relator: ANA ARRAES. ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação. Outros indexadores: Erro, Diligência. Publicado: - Informativo de Licitações e Contratos nº 355 de 16/10/2018 e - Boletim de Jurisprudência nº 238 de 15/10/2018).

É adequada a diligência efetuada para esclarecimento de atestado de capacidade técnica.

(Acórdão 747/2011-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO. ÁREA: Licitação. TEMA: Habilitação de licitante. SUBTEMA: Diligência. Outros indexadores: Avaliação, Adequação, Atestado de capacidade técnica).

A jurisprudência selecionada citada se funda, justamente, no poder-dever da comissão de licitação de dirimir eventuais dúvidas acerca da documentação apresentadas pelas licitantes, nos termos do art. 43, § 3º da Lei nº 8666/1993, veja-se:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Como bem abordado no Acórdão TCU nº 830/2018 – Plenário, a diligência do artigo 43, §3º é muito usada para sanear dúvidas em relação às informações técnicas, o que não foi feito no caso concreto, confira-se:

REPRESENTAÇÃO. RDC ELETRÔNICO. POSSÍVEL DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE. CONCESSÃO DA CAUTELAR SUSPENSIVA. OITIVAS. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO PARA A ANULAÇÃO DA INDEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE, COM A NULIDADE DE TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES. ARQUIVAMENTO SEM PREJUÍZO DO MONITORAMENTO. CIÊNCIA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, já que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no 237, VI, do RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. assinar o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da presente deliberação, para que, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, a Fundação Universidade do Amazonas (Ufam) adote as medidas cabíveis para a anulação da suscitada desclassificação da JJ Barroso Ltda., no âmbito do RDC Eletrônico nº 6/2017-Ufam, com a consequente nulidade de todos os atos subsequentes, promovendo o retorno do certame à etapa de julgamento, para a reanálise das propostas de todas as licitantes, em plena sintonia com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública;

[...]

9.4.1. as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do Plenário do TCU;

(ACÓRDÃO 830/2018 – PLENÁRIO. RELATOR ANDRÉ DE CARVALHO. REPRESENTAÇÃO nº 000.643/2018-1. DATA DA SESSÃO: 18/04/2018. NÚMERO DA ATA: 13/2018 – Plenário)

Ora, quando a Comissão e os avaliadores assim não o fazem, optam por frustrarem a efetividade do certame e sua finalidade, qual seja: encontrar a melhor proposta com base na modalidade técnica e preço para atender a Administração Pública.

É certo que, se a Comissão de Licitação tivesse diligenciado para obter esclarecimentos acerca dos equipamentos, com certeza teria sido informada sobre a dúvida quanto aos equipamentos a serem utilizados pela UP Soluções, o que certamente aumentaria a nota da recorrente.

III.2 – Quesito 2: Disparidade entre as notas e o Relatório de Avaliação.

No relatório de avaliação do referido quesito, ficou constatado que a solução de veiculação apresentada pela recorrente *"foi bem satisfatória e atende aos critérios estabelecidos"*, contudo, a nota concedida à UP foi um simplório 35 de 43 possíveis.

Portanto, há incompatibilidade entre o relatório de avaliação com as notas concedidas, principalmente quando se observam as notas atribuídas aos demais licitantes.

Como pode uma solução satisfatória, que atende aos critérios estabelecidos no edital, ser penalizada na perda de 8 pontos? Não há resposta juridicamente aceitável para tal indagação.

A título comparativo, vê-se que o Relatório de Avaliação da empresa Partners, ao avaliar o mesmo quesito, constatou que sua proposta *"não detalha de maneira satisfatória de onde será extraído e como será feito"*. Também constataram que *"faltou aprofundamento técnico e detalhamento nas estratégias de veiculação"*.

Mesmo com tantas falhas constatadas, a empresa Partners teve a mesma nota da empresa UP (35). Ora, como pode uma proposta satisfatória, que atende os requisitos estabelecidos pelo edital e pelo *briefing* receber a mesma nota de uma proposta não satisfatória e sem aprofundamento técnico?

Em outra comparação, a empresa COOPAS apresenta como solução de veiculação a reprise do conteúdo apresentado no dia anterior, sendo esta uma péssima proposta para solução de veiculação, proposta esta que, por óbvio, não foi vista com bons olhos pela licitada.

Outro ponto que a empresa COOPAS falha é na apresentação de diversificação do conteúdo, como reconhecido expressamente pelo próprio Relatório de Avaliação. **No entanto, mesmo com ambas as falhas graves no projeto de veiculação, a empresa COOPAS teve nota mais alta que a UP (38).**

Dessa forma, fica evidente que algum equívoco houve no critério de avaliação da solução de veiculação entre as empresas UP, Partners e COOPAS, uma vez que a empresa UP, que atendeu as expectativas, teve nota inferior à concorrente que não atendeu as expectativas.

Por este motivo, as notas atribuídas às empresas UP, Partners e COOPAS no tocante ao quesito 2 devem ser reavaliadas, para que a nota da UP seja elevada e a nota das demais sejam minoradas.

III.3.1 – Quesito 3: Custo total inferior ao valor do contrato e a nota ZERO atribuída.

O Relatório de Avaliação, corretamente, percebeu que a recorrente alcançou um custo total de produção inferior ao valor do contrato, sendo este um ótimo ponto positivo para a questão de custo benefício.

Ocorre que, mesmo com custo total inferior, a avaliadora 1, Sra. Amanda Pereira de Araújo, atribuiu nota zero ao subquesito 1 do quesito 3 da proposta técnica da empresa recorrente.

Ora, o subquesito em referência diz respeito a "*Adequação da verba indicada para a execução de cada ação proposta*". Assim, como a verba indicada para a execução da proposta pode não ter sido adequada se a proposta aloca todas os projetos com um custo inferior ao valor orçado?

Como pode a empresa receber zero no quesito custo/benefício se seu planejamento foi mais econômico do que o próprio valor sugerido pela Administração?

Não há qualquer justificativa plausível que fundamente a nota zero atribuída no custo benefício da proposta técnica. Por essa razão, vê-se evidente descompasso na atribuição das notas.

III.3.2 – Quesito 3: Local onde o projeto será executado corretamente indicado pela proposta.

Sobre a ausência de localização para realização do projeto, por óbvio, este ocorrerá no Município de Maricá.

Fica clara a proposta da UP ao dizer que a mão de obra será local a fim de baratear os custos de deslocamento.

Ora, se é para baratear os custos, é certo não se alinham a estratégia de contratação de mão de obra local e estabelecimento de sede fora do Município de Maricá.

Observe-se que no início da página 19 a recorrente especifica que a contratação de mão de obra local é para baratear os custos de deslocamento:

Totalizando assim 44 (quarenta e quatro) profissionais envolvidos na prestação dos serviços, optando sempre pela prioridade de contratação de mão de obra local a fim de baratear os custos de deslocamento e contribuir para a formação de novos profissionais nos campos de jornalismo e audiovisual tanto para funções de caráter criativo e editorial quanto nas atividades técnicas.

Deve-se destacar que a estratégia adotada pela recorrente não se refere a medidas genéricas. Expõe-se que é para baratear os custos com **deslocamento**. Portanto, ao contrário do que sustenta o Relatório de avaliação, a proposta indica sim o local onde o projeto será executado.

Afinal, se a execução do projeto se desse em qualquer outro lugar senão o Município de Maricá, não seriam barateados os custos com deslocamento, pelo contrário, seriam aumentados.

O que se nota é uma incúria dos avaliadores em analisar com aptidão a proposta apresentada pela recorrente, uma vez que, se torna muito mais fácil baixar uma nota do que reler a proposta apresentada.

Portanto, acredita-se que tal equívoco na interpretação da proposta tenha acarretado notas abaixo do que deveriam ser atribuídas. Assim, esclarecido que a indicação do local sempre esteve presente na proposta, requer a reavaliação da nota atribuída com sua consequente majoração.

IV – DA NECESSIDADE DE MINORAÇÃO DAS NOTAS DA LIRA FILMES

Em primeira análise da proposta apresentada pela empresa Lira Filmes, esta até aparenta ser completa em virtude do excesso de informações, no entanto, analisando mais profundamente a sua integralidade, vê-se que o inchaço de informações serve apenas para mascarar a escassez de criatividade e de autoria no projeto apresentado, como será exposto adiante:

IV.1.1 – Quesito 1: Indicação de profissionais que apenas copiou o edital. Ausência de indicação de designer gráfico e de gestor de redes sociais.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se a proposta de equipe de profissionais, prestadores de serviço e equipamentos.

Analisando a proposta da LIRA FILMES, vê-se que esta, claramente, apenas copiou e colou o edital, sem detalhar sua equipe.

Em análise ainda mais imersa, nota-se que a proposta também não previu a contratação de gestor de rede social, tampouco de designer gráfico.

Ora, em se tratando de veiculação de conteúdo e informação por meio das redes sociais, a contratação do designer gráfico e de gestor de rede social é de extrema importância, uma vez que, sem ambos, dificilmente os conteúdos vinculados gerarão engajamento.

Como se sabe, o conteúdo nas redes sociais deve ser produzido por profissionais com especialidade na área, tendo em vista seu objetivo e meio diversificado dos conteúdos de telejornais, revistas e afins.

Sem a contratação de profissionais como estes, não haverá o que é chamado pelos profissionais da área de "engajamento", e, sem este "engajamento", os conteúdos de rede social tendem a não alcançarem o espaço desejado no cenário informatizado atual.

Por este motivo, uma vez que o Relatório de Avaliação não previu esta falha na proposta apresentada, serve o presente recurso para chamar atenção dos avaliadores para o desacerto cometido pela LIRA FILMES, o que, por certo, importará em minoração da nota atribuída para, ao menos, "*parcialmente adequada*".

IV.1.2 – Quesito 1: Grade de programação com debates acima do requerido. Não atendimento ao *briefing*.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se a proposta de equipe de profissionais, prestadores de serviço e equipamentos.

No entanto, passou despercebido dos avaliadores que, apesar do Edital requerer 1 debate semanal, a proposta da LIRA sugere 3 debates semanais, projeto este que não se sustenta nem pelo caráter financeiro, tampouco pela audiência.

Este acréscimo no número de debates mostra que a empresa carece de criatividade e inovação, além de demonstrar, de igual forma, que desconhece seu público alvo, ou seja, os prioritariamente os cidadãos de Maricá/RJ.

Por este motivo, deve ser revista a nota atribuída à LIRA FILMES.

IV.1.3 – Quesito 1: Grade de programação. Somatório que não alcança 24 horas.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se a "*proposta de grade de programação*".

Observa que a referida empresa logrou êxito em conseguir nota máxima neste quesito 1, contudo, sua grade de programação sequer possui 24 horas.

Ora, como pode uma empresa que deseja assumir um canal de TV sem que possua grade de programação para 24 horas?

Portanto, não se sustenta a nota máxima atribuída à empresa LIRA FILMES, principalmente com base no critério de grade de programação, eis que sua grade se mostra incompleta e deficitária.

IV.1.4 – Quesito 1: Ausência de demonstração dos equipamentos.

Analisando ainda a proposta técnica da empresa LIRA FILMES, vê-se que esta não demonstra a posse dos equipamentos indicados, tampouco se serão adquiridos para o Projeto.

Mesmo diante desta falha, a empresa LIRA FILMES recebe nota máxima dos seus avaliadores.

O que chama atenção, por exemplo, é que esta recorrente foi penalizada pelo mesmo motivo, conforme se vê do Relatório de Avaliação, quando aduz que *"traz também uma série de equipamentos necessários, porém não especifica se eles são próprios ou se serão adquiridos (...)".*

Ora, como pode uma empresa ser penalizada por um motivo e sua concorrente, que apresenta, supostamente, a mesma falha, recebe pontuação máxima?

Cada vez mais se observa uma disparidade de tratamento entre a empresa LIRA FILMES e os demais licitantes.

Por estes motivos, deve a nota da empresa LIRA ser minorada, uma vez que não se sustenta a atribuição de nota máxima a licitante que não atende minimamente os requisitos exigidos pelo Edital.

IV.2.1 – Quesito 2: Ausência de integração entre os conteúdos reproduzidos na TV com outras plataformas

O subquesito 1 do quesito 2 apresenta como critério de julgamento as *"pertinência das estratégias propostas para cada público de interesse"*, bem como a *"consistência lógica das estratégias propostas e sua aplicação real, em relação ao exposto no Briefing"*.

Observa-se que a empresa LIRA não detalhou a integração que pretende realizar com outras plataformas pós veiculação dos programas, se limitando a transmitir o que fora produzido.

Tal comportamento limita o alcance do público e frustra o objetivo principal da TV Maricá, que é alcançar o maior número de pessoas e fidelizar seus espectadores.

Assim, sem a demonstração de como a empresa LIRA pretende vincular seu conteúdo e integrá-lo em todas as plataformas de comunicação, não se pode sequer averiguar se houve a pertinência das estratégias propostas, tampouco sua aplicação real, que são critérios de julgamento previstos no Edital.

Por este motivo, as notas da empresa LIRA FILMES no que diz respeito ao subquesto 1 do quesito 2 devem ser reduzidas para inadequado, ou, ao menos, parcialmente adequado.

IV.2.2 – Quesito 2: Não contemplação de itens necessários para a execução do projeto

O subquesto 2 do quesito 2 se refere ao *"levantamento de custos para infraestrutura de transmissão"*.

Ocorre que, no levantamento de custos, deve ser observado que a proposta da LIRA Filmes não contempla itens básicos, como mesas, cadeiras, dentre outros, como a própria empresa deixa clara em sua proposta, no início da página 15, veja-se:

O que não está contemplado são os móveis para as redações, computadores corporativos, cadeiras para as áreas técnicas, adequação e distribuição elétrica, a obra para reforma necessária para fazer o estúdio e as outras salas técnicas.

Ora, como pode a nota da empresa LIRA receber nota máxima dos avaliadores 2 e 3 no subquesto 2 do item 2 (levantamento de custos para infraestrutura de transmissão) se a empresa não levanta custos de materiais básicos como mesas, cadeiras, móveis, dentre outros.

Portanto, não se mostra justa, tampouco fundamentada, a atribuição de nota máxima a empresa LIRA FILMES.

IV.2.3 – Quesito 2: Não compreensão da necessidade de gerência das redes sociais e da importância de profissionalização do conteúdo a ser divulgado nas redes.

O subquesto 3 do quesito 2 tem como critério de julgamento a *"Compreensão do papel da contratante e de outros órgãos no tocante ao desafio de a Produção e distribuição de conteúdo audiovisual para produção de vídeos a serem veiculados internamente e externamente em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais"*.

No referido subquesto, a empresa LIRA FILMES recebeu nota máxima de todos os avaliadores.

Ocorre que, como pode ser entendido que a empresa LIRA FILMES compreende a dificuldade no papel de gerência das redes sociais e de profissionalização da elaboração de conteúdos para as redes sociais se não prevê contratação de gestor de rede social nem de designer gráfico?

Não há compreensão pela empresa LIRA FILMES do que a Prefeitura de Maricá deseja, que é uma atuação inovadora em todas as frentes, com profissionalização e especialização na divulgação de conteúdo nas redes sociais.

Sem um bom gestor de redes sociais e sem um bom designer gráfico, não engajamento. Sem engajamento, não há projeto bem-sucedido. Talvez, se a empresa LIRA contasse com especialistas nestas áreas, entenderiam a importância destes.

Por estes motivos, não pode prosperar a nota máxima atribuída à LIRA FILMES, uma vez que esta não demonstra compreender a dificuldade da contratante em ser ativa e ter engajamento nas redes sociais.

IV.3.1 – Quesito 3: Cálculo de valor por horas que excede o valor da Licitação

Analisando de forma pormenorizada a proposta da empresa Lira Filmes, vê-se que esta apresenta projeto para 3.360 horas anuais a um custo de R\$ 2.000,00 por hora.

Ocorre que, efetuando esta conta, o valor que se chega é o dobro do valor da licitação, ou seja, R\$ 6.720.000,00.

Sendo assim, fica evidente a incapacidade da empresa Lira Filmes em produzir todo o seu conteúdo programático com o orçamento delimitado pelo instrumento editalício.

Diante deste relevante fator – o qual não foi observado pelos avaliadores – fica evidente que a proposta técnica da empresa LIRA não quando ao custo-benefício é inadequado, razão pela qual deve ter sua nota zerada em ambos os subquesitos e por todos os avaliadores.

IV.3.2 – Quesito 3: Repetição de conteúdo. Disparidade de critérios avaliativos entre a empresa LIRA e a COOPAR.

Nota-se manifesta discrepância entre os critérios de avaliações aos quais foram submetidos a COOPAS e a empresa LIRA.

Explica-se: a empresa COOPAR apresentou como solução para baratear os custos da operação a repetição de programações, a qual, por óbvio, não foi bem aceita, por ocasionar iminente queda de audiência. No entanto, quando a empresa Lira apresenta a solução de aproveitar e repetir matérias já veiculadas, atribui-se à esta nota máxima.

Ora, a ideia de ambas as empresas é a mesma, correndo ambas o mesmo risco de queda de audiência, afinal, quem vai querer ver a mesma matéria duas vezes? Quando os telespectadores perceberem que as matérias do jornal da tarde se repetem no jornal da noite, por exemplo, estes não assistirão ambos os telejornais.

Além da repetição de matérias, a empresa apresenta como solução o aproveitamento dos conteúdos exibidos nas "lives" para a televisão. Ocorre que esta estratégia está fadada ao fracasso, não só pelo mesmo motivo de repetição de conteúdo,

como também por se tratarem de meios de comunicação com público alvo distintos, que consomem conteúdo diferentes.

Mesmo externando ambas as empresas a mesma proposta, uma foi tida como ponto negativo enquanto a outra foi vista como ponto positivo, sem qualquer explicação quanto a distinção entre elas.

Por este motivo, a avaliação da empresa LIRA deve seguir o mesmo parâmetro da avaliação atribuída à empresa COOPAS, o que certamente importará em redução das notas atribuídas.

IV.3.3 – Quesito 3: Ausência de previsão de custos para ensino quanto ao uso de novo software.

Outro ponto que deve ser analisado no tópico 3 é que, no tópico 2, a empresa apresenta como proposta o licenciamento de um novo software.

A ideia que, aparentemente, pode ser algo bom e inovador, sob a análise econômico-financeira, mostra-se um empecilho grave, haja vista que fatalmente a empresa LIRA dispendirá de custos para informar e ensinar sua operacionalização, custos estes ainda não previstos na proposta técnica.

Portanto, inviável que se atribua nota máxima à empresa que não tenha sequer conhecimento de todos os custos que a operacionalização de sua proposta acarretará.

V – DA NECESSIDADE DE MINORAÇÃO DAS NOTAS DA COOPAS

V.1.1 – Quesito 1: Apontamento de duas falhas pelo relatório, no entanto, recebimento de nota alta frente à outras concorrentes que atenderam de forma satisfatória.

Analisando o Relatório de Avaliação, nota-se que a COOPAS recebe nota maior que esta recorrente, mesmo tendo sido reconhecido que o projeto de revista (requisito exigido expressamente pelo Edital) mostrou-se inviável e inadequado.

Ora, como pode uma empresa receber nota 23 de 25, não cumprindo ao requisito editalício, ao passo que outra concorrente recebe 19 tendo atendido a todos os requisitos de forma satisfatória?

Outra inconsistência encontrada no Relatório de Avaliação é a pouca margem na estrutura dos quadros para um planejamento que contemple os requisitos de utilidade pública na forma solicitada no briefing.

Assim, não há qualquer justificativa para a nota quase máxima atribuída à COOPAS, principalmente quando se observa que a recorrente, que atendeu aos requisitos básicos de forma satisfatória e não teve apontamentos negativos, teve nota inferior à COOPAS.

De forma objetiva: COOPAS teve dois apontamentos negativos, enquanto foi relatado que UP Soluções atendeu de forma satisfatória. Contudo, a nota de COOPAS foi superior à nota da UP Soluções.

V.1.2 – Quesito 1: Grade de programação. Somatório que não alcança 24 horas.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se a *"proposta de grade de programação"*.

Observa que a referida empresa logrou êxito em conseguir notas altíssimas neste quesito 1, contudo, sua grade de programação, à semelhança da empresa LIRA, sequer possui 24 horas.

Ora, como pode uma empresa que deseja assumir um canal de TV sem que possua grade de programação para 24 horas?

Portanto, não se sustenta a nota muitíssima elevada atribuída à COOPAS, principalmente com base no critério de grade de programação, eis que sua grade se mostra incompleta e deficitária.

V.1.3 – Quesito 1: Programação de outros Estados.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se o *"entendimento sobre os objetivos de implantação do canal de TV expostos no Briefing"*.

Contudo, em que pese a nota elevada atribuída à COOPAS, os programas sugeridos para preenchimento da grade são de outros estados, não demonstrando qualquer relevância temática para o município de Maricá.

Assim, não nos parece haver entendimento dos objetivos quanto a implementação do canal de TV, razão pela qual deve a nota de COOPAS ser reduzida.

V.2.1 – Quesito 2: Reprise de programação.

A solução de veiculação da empresa COOPAS é a reprise da programação exibida no dia anterior, sem qualquer inovação ou criatividade capaz de atrair a audiência pública. Tal ponto, inclusive, foi reconhecido pelo Relatório de Avaliação.

Ademais, vê-se que foi atribuída nota quase máxima à COOPAS no subquesito 1 do quesito 2, que possui como critério de julgamento *"Compreensão das oportunidades e riscos envolvidos"*.

Ora, como se atribui nota quase máxima à COOPAS no referido subquesito, que exige compreensão dos riscos envolvidos, quando o próprio relatório de avaliação

dispõe que a transmissão de programação repetida pode acarretar em queda da audiência?

Não nos parece que a empresa COOPAS compreendeu os riscos envolvidos, como requerido no Edital, razão pela qual não faz jus a nota à ela atribuída.

Outro ponto que merece ser ressaltado é que empresa não diversifica o conteúdo que será exibido, como apontado pelo Relatório de Avaliação.

Se tal solução não se mostra adequada, COOPAS deveria receber a nota condizente a "inadequado".

V.2.2 – Quesito 2: Programação de outros Estados.

O quesito 2 diz respeito à solução de veiculação, e entre seus critérios de julgamento encontra-se o *"Pertinência das estratégias propostas para cada público de interesse"*.

Contudo, em que pese a nota elevada atribuída à COOPAS, os programas sugeridos para preenchimento da grade são de outros estados, não demonstrando qualquer relevância temática para o município de Maricá, tampouco se mostra capaz de despertar interesse no público alvo.

Assim, a estratégia traçada pela Cooperativa se mostra dissociada do público alvo que o Município de Maricá pretende alcançar, razão pela qual deve a nota de COOPAS ser reduzida.

V.2.3 – Quesito 2: Projeto que visa trabalhar tão somente com Instagram.

O subquesito 1 do quesito 2 se refere ao *"estudo de alternativas de transmissão por meio da internet"*.

No referido subquesito, COOPAS teve elevada nota, recebendo 21 de 23 possíveis de todos os avaliadores.

O subquesito 3 do quesito 2 se refere a *"Vinculação das ações de a Produção e distribuição de conteúdo audiovisual para produção de vídeos a serem veiculados internamente e externamente em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais ou mídias sociais propostas pela licitante para o desafio exposto no Briefing com as diretrizes da contratante."*

No referido subquesito, a COOPAS recebeu nota máxima do avaliador 2.

Ocorre que a proposta técnica da COOPAS só menciona a integração com o Instagram, mas não fala sequer das outras redes sociais.

Portanto, frente às outras propostas, vê-se que a técnica apresentada pela COOPAS se mostra aquém dos demais.

Ainda que não fosse comparada às propostas dos demais licitantes, é inegável que a pretensão do Município de Maricá com o referido certame não é restringir sua atuação ao instagram.

Por este motivo, indene de dúvidas que a nota da COOPAS deve ser reduzida.

V.3 – Quesito 3: Reprise de programação. Ausência de benefício.

Como observado no relatório de avaliação, a empresa sugere repetir o conteúdo exibido no dia anterior a fim de baratear o projeto.

Fica claro a partir do relatório de avaliação que esta não é a intenção da Administração e que, se isso ocorrer, haverá a perda de audiência.

Mesmo com a importantíssima observação e com a não observância do custo benefício, o avaliador 1 e o avaliador 3 concederam nota máxima à empresa COOPAS nos subquesitos, o que não se justifica.

A relação custo-benefício, na estratégia adotada pela COOPAS, não atende ao critério do benefício, visando somente o custo.

Ora, não pode um ser desatrelado ao outro, uma vez que a eficiência não necessariamente significa o mesmo que a economicidade.

Ademais, não é demais lembrar que o certame busca a “técnica e preço”.

Vale ainda ressaltar que, em sendo recusada a proposta apresentada por COOPAS, de reprisar a programação, proposta este que a contratante já demonstrou estar contrária em sua avaliação, COOPAS perderá sua principal forma de redução de custos, elevando em muito o preço da operação.

Por este motivo, deve haver a minoração da nota atribuída a COOPAS.

V.4 – Outras considerações.

Além das observações expostas acima, outros pontos chamaram atenção deste recorrente, que deve ser observado no presente caso, haja vista a potencialidade de causar grandes prejuízos à Administração, principalmente por não ter se observado estas ponderações no relatório de avaliação.

A primeira delas diz respeito a informação apresentada pela COOPAS na página 14 de sua proposta técnica. Segunda a licitante, COOPAS vai levar 4 meses para veicular o primeiro programa.

A referida morosidade certamente causará flagrante prejuízo para à Municipalidade, especialmente ao se observar que o contrato tem validade curta, o que torna o lapso de 4 meses ainda mais relevante.

Outro ponto bastante delicado que chama atenção desta recorren é o fato da Cooperativa só ter previsto a licença do software do teleprompter, sem mencionar nenhum outro.

Tal circunstância indica que a COOPAS poderá se socorrer à softwares de procedência não legalizada, podendo ocasionar, futuramente, na responsabilização fiscal, administrativa, e até mesmo penal dos gestores deste Município.

VI – DA NECESSIDADE DE MINORAÇÃO DAS NOTAS DA PARTNERS

VI.1.1 – Quesito 1: Ausência de planejamento de funcionamento da exibição da grade horária e da programação

Analisando o relatório de avaliação, encontra-se evidente contradição entre os quesitos 1 e 3, como será exposto.

A empresa PARTNERS recebe nota máxima no quesito 1, que possui como critério de julgamento a "*Proposta de grade de programação*".

No entanto, em manifesta contradição, a avaliação do quesito 3 reconhece a ausência de planejamento, execução e demonstração da grade de exibição.

De outro giro, não foi apontada o tipo de programação que será realizada e exibida.

Não nos parece compatível, portanto, a atribuição de nota máxima em requisito que, em momento posterior, os próprios avaliadores reconheceram a ausência de planejamento e execução.

Portanto, deve a nota do quesito 1 ser revista.

VI.1.2 – Quesito 1: Não indicação de profissionais mínimos previstos edital.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se a proposta de equipe de profissionais, prestadores de serviço e equipamentos.

Analisando a proposta da PARTNERS, vê-se que esta, claramente, não previu os funcionários mínimos que o Edital determinava só colocou 18 profissionais, como pode ser observada na página 11.

Portanto, a nota correta a ser atribuída à empresa em referência é de inadequado.

VI.1.3 – Quesito 1: Ausência de demonstração dos equipamentos.

Observa-se que na relação de documentos apresentados pela empresa na página 20 da proposta técnica, vê-se que esta não previu equipamentos básicos para a produção e o cenário.

Não se encontra na proposta, por exemplo, uma ilha de edição sequer na parte de equipamentos.

Nota-se também que a referida empresa não especificou as quantidades dos equipamentos que elencou como necessárias, sendo impossível aferir se são suficientes para a execução dos programas ou não.

Portanto, não carece de motivos os avaliadores para minorar a nota atribuída à empresa PARTNERS.

VI.1.4 – Quesito 1: Indicação de profissionais que apenas copiou o edital. Ausência de indicação de designer gráfico e de gestor de redes sociais.

O quesito 1 diz respeito à solução de produção, e entre seus critérios de julgamento encontra-se a proposta de equipe de profissionais, prestadores de serviço e equipamentos.

Analisando a proposta da PARTNERS, vê-se que esta não previu a contratação de gestor de rede social, tampouco de designer gráfico.

Ora, em se tratando de veiculação de conteúdo e informação por meio das redes sociais, a contratação do designer gráfico e de gestor de rede social é de extrema importância, uma vez que, sem ambos, dificilmente os conteúdos vinculados gerarão engajamento.

Como se sabe, o conteúdo nas redes sociais deve ser produzido por profissionais com especialidade na área, tendo em vista seu objetivo e meio diversificado dos conteúdos de telejornais, revistas e afins.

Sem a contratação de profissionais como estes, não haverá o que é chamado pelos profissionais da área de "engajamento", e, sem este "engajamento", os conteúdos de rede social tendem a não alcançarem o espaço desejado no cenário informatizado atual.

Por este motivo, uma vez que o Relatório de Avaliação não previu esta falha na proposta apresentada, serve o presente recurso para chamar atenção dos avaliadores para o desacerto cometido pela PARTNERS, o que, por certo, importará em minoração da nota atribuída para, ao menos, "*parcialmente adequada*".

VI.2 – Quesito 2: Utilização da programação jornalística da tarde no programa noturno

Observando a proposta da empresa em comento, observa-se que esta previu usar parte do programa jornalístico da tarde no programa jornalístico da noite, acrescentando apenas 2 VTs.

Ora, certamente esta prática importará em redução da audiência, como já exaustivamente exposto nos tópicos acima referente as outras empresas, razão pela qual, em nome da economia processual, não as repete.

Assim, apresenta-se mais um motivo para a minoração da nota da empresa PARTNERS.

VI.3.1 – Quesito 3: Disparidade de notas.

Em relação ao quesito 3, chama atenção a atribuição de notas 5 e 6 quando, o relatório de avaliação não aponta praticamente nada de positivo.

Não se vê nenhuma justificativa para notas tão alta quando relatado diversos pormenores e falhas na proposta técnica.

VI.3.2 – Quesito 3: Terreno no Município de Maricá

Outro ponto que se destaca é a atribuição de nota alta na questão de custo benefício à PARTNERS quando esta apresenta projeto de construção em Maricá em terreno a ser cedido pela Prefeitura.

Analisando a hipótese nada concreta, não há proveito para o Município de Maricá quanto à cessão ou não de terreno para à licitante.

Ora, caso esta possibilidade se concretize, deve-se observar que, no caso do terreno ser cedido pela Prefeitura, esta deixará de perceber os frutos desde.

Por outro lado, caso esta hipótese não se concretize, certamente haverá maior custo para que seja adquirido local físico a fim de sediar o projeto, onerando a proposta.

Esta hipótese, no entanto, não foi levada em consideração.

VI.3.3 – Quesito 3: Ausência de especificidade na proposta

O Relatório de avaliação do quesito 3 reconhece a ausência de planejamento, execução e demonstração da grade de exibição.

De semelhante modo, não foi apontada o tipo de programação que será realizada e exibida.

Portanto, sem vincular e atender objetivamente a proposta, é muito simples tentar tornar o custo benefício, mas atraente. Mesmo assim, foi analisado que a otimização do custo benefício não ficou clara.

Assim, diante de tudo o que foi relatado pelos avaliadores, aparenta ser a proposta da empresa PARTNERS inexecutável.

VI.3.4 – Quesito 3: Ausência de motoristas

A proposta técnica previu o aluguel de 3 veículos automotores, o que aumenta consideravelmente o custo da operação.

Mesmo com a previsão de 3 veículos automotores, a empresa sequer previu um motorista na sua equipe, o que demonstra a falta de planejamento.

Portanto, ainda será necessário incluir a contratação de motoristas, o que aumentará o custo do projeto.

VII - CONCLUSÃO

Sendo assim, pugna-se pelo reconhecimento das teses aqui apresentadas, com a consequente majoração das notas atribuídas à UP Soluções e a minoração das notas atribuídas às demais empresas.

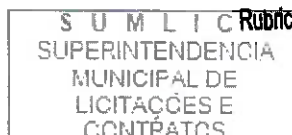
Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023.

LUIS FELIPPE	Assinado de forma
FERREIRA	digital por LUIS
KLEM DE	FELIPPE FERREIRA
MATTOS	KLEM DE MATTOS
	Dados: 2023.07.21
	19:36:58 -03'00'

UP SOLUÇÕES LTDA. - ME



PREFEITURA
RESENDE



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 15174/2023
Data de Início: 04/07/23
Rubrica: Fls: 24

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.961/2023

A Superintendência Municipal de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Resende torna público aos interessados a licitação na modalidade de **Concorrência Pública nº 07/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, que será realizada às **13 h 30 min** do dia **31 de julho de 2023**, em cuja data e horário serão recebidos e abertos os respectivos envelopes, na Sala de Licitação, localizada na Rua Augusto Xavier de Lima, n.º 251, Jardim Jalisco, Resende, RJ, conforme discriminado nos anexos deste Edital, sendo que a presente licitação será regida pelas normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como pelas disposições contidas neste Edital.

1 – DO OBJETO:

1.1. Esta licitação tem por objeto a obtenção da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ATRAVÉS DA AGENCIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE – AMAR, da PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**, conforme Planilha Orçamentária (**ANEXO I**), Cronograma Físico – Financeiro (**ANEXO III**), e Projeto Básico / Memorial + Plantas (**ANEXO IV**), contidos neste Edital.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:

2.1. Os representantes das proponentes devem apresentar no início da licitação Procuração com poderes específicos ou Carta de Credenciamento, conforme **ANEXO II** do presente Edital;

2.1.1. Caso a representação se faça através de Diretor ou sócio da empresa, devidamente comprovado através de cópia autenticada do contrato social ou estatuto em vigor, fica dispensada a apresentação do documento referido no item 2.1 deste Edital;

2.1.2. Caso a proponente participe do certame representado por procurador ou pessoa credenciada deverá apresentar, junto com o documento de que trata o item 2.1, cópia do contrato social ou estatuto em vigor.

2.1.3. Caso a proponente participe do certame sem representação, estará automaticamente abrindo mão da possibilidade de qualquer recurso, relativo à fase de habilitação, conforme **termo de desistência** constante no **ANEXO VI** do presente edital.

2.2. Poderão participar da presente licitação todas as empresas interessadas inscritas ou não no Cadastro de Fornecedores da SuMLIC/PMR

2.3. Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Municipal direta ou indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.

2.4. Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

2.5 – Apresentar fora dos envelopes, declaração de que não se encontra registrada no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS**, e no **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa**, do Conselho Nacional de Justiça não se encontrando impedidas de licitar ou contratar com Poder Público, cujas declarações deverão estar acompanhadas da página impressa demonstrando a pesquisa realizada nos sites:

http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc
E https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

2.5.1. Deverá ser apresentada ainda, para efeito de participação, declaração de que não possui em seu quadro societário servidor da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme Lei nº 12.309, de 09/08/2010, conforme o modelo contido no **ANEXO XI** deste edital.

3 – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A":

3.1. Para habilitarem-se na presente licitação, as empresas deverão apresentar, em envelope fechado, no qual conste externamente, o termo **ENVELOPE "A" (DOCUMENTAÇÃO)**, nome, endereço da empresa licitante e menção ao número desta Concorrência, devendo conter internamente:

3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato Constitutivo devidamente registrado, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- f) No caso de Fundações sediadas no Estado do Rio de Janeiro deverá ser apresentada certidão de regularidade expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro-Promotoria de Justiça de Fundações.

3.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem não precisarão constar do **ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO**, se tiverem sido apresentados para credenciamento neste certame.

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Federal (Certidão Negativa Conjunta de Débitos, expedida pela Secretaria de Receita Federal);
- c) Estadual (Certidão Negativa de Débitos ou de regularidade, expedida pela Secretaria de Fazenda Estadual) da sede da licitante);
- c1)** No caso de empresa sediada no Estado do Rio de Janeiro deverá ser apresentada junto a Certidão Estadual da qual trata este item, a Certidão Negativa de Débitos ou de Regularidade referente à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 033/2004.
- d) Municipal (Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria de Fazenda Municipal da sede da licitante);

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

f) Federal Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Regional do Trabalho respectivo, conforme o caso, de acordo com a Lei nº 12.440/2011).

3.1.2.1. Para as Certidões Negativas de Débitos relacionadas nas alíneas “b” a “f” deste subitem, poderão ser apresentadas pelas proponentes Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativas.

3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do **PROPONENTE** que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para a abertura da sessão.

b) **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

b.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, junto aos documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

b.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

b.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- 1) publicados em Diário Oficial; ou
- 2) publicados em Jornal; ou
- 3) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- 4) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou;
- 5) Registrado em cartório.
- 6) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

b.4) A comprovação da boa situação financeira de que trata este item será apurada mediante a obtenção de Índice de Liquidez Geral maior ou igual a (01) um, cuja apuração se dará através da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}} \geq 1$$

b.4.1) No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social integralizado de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência está prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

b.5) O Balanço Patrimonial de que trata este item deverá ser apresentado inclusive pelas empresas optantes pelo SIMPLES, de acordo com o art. 1065 e art. 1179 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil Brasileiro e revogou a Parte Primeira – Do Comércio em Geral, da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, que instituiu o Código Comercial Brasileiro.

b.6) As empresas que estiveram inativas no ano anterior, apresentar cópia da declaração de inatividade entregue a Receita Federal, apresentando cópia autenticada do último Balanço Patrimonial que antecede a condição de inativa, se houver;

3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1.4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Prova de registro no CREA ou CAU da empresa através de CERTIDÃO que demonstre sua validade.

b) Comprovante de que a empresa proponente seja detentora de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** por execução de obras ou serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

b1) Para cumprimento deste subitem b, será (ão) aceito (s) **ATESTADO (S)** que comprove(m) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos das parcelas de maior relevância, ou seja:

Subitem 03.05,03.06,04.04 e 04.09.

b2) A Comprovação dos quantitativos mínimos estabelecidos no subitem b1 poderá ser feita em uma ou mais obras.

b3) Que a empresa proponente possua responsável técnico habilitado, para execução dos serviços relacionados, de características iguais ou semelhantes, às parcelas de maior relevância.

b4) Para cumprimento deste subitem b.3, será (ão) aceito (s) **DOCUMENTO (S) COMPROBATÓRIO** de vínculo existente entre o profissional habilitado e a empresa.

c) Licenciamento Ambiental, expedida pelo órgão competente, para atividades compatíveis a esta licitação.

d) Atestado de visita técnica, emitido pela **SMOSP (Secretaria Municipal de Obra e Serviços Públicos)**, para que não sejam apresentadas reclamações decorrentes de condições desfavoráveis ou ocorrências que poderiam ter sido previstas pelo licitante. A visita técnica deverá ser agendada junto a **SMOSP (Secretaria Municipal de Obra e Serviços Públicos)** através do tel. (24) 3360-1044, de segunda a sexta-feira, no horário de 12:00 h às 18:00 h, até o **segundo dia útil** que anteceder a data fixada no presente edital para a realização do respectivo certame licitatório.

d1) A visita técnica deverá ser efetuada por profissional habilitado e indicado pela licitante, devidamente inscrito no Conselho Profissional competente.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

d2) O Atestado de visita técnica, poderá ser substituído pela apresentação de uma **DECLARAÇÃO FORMAL**, assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que estejam avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a administração.

e) Prova de que a licitante possua em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de **ATESTADO (S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**.

e.1) A prova de que possui profissional permanente em seu quadro de funcionários, através de carteira de trabalho (em caso de funcionário), ato constitutivo ou contrato social em vigor (em caso de composição societária) ou contrato de prestação de serviços (em caso de contratação).

e.2) Nos termos do Acórdão nº 82437/2022 PLENV (Processo nº 234.124-0/2021-TCE-RJ), a licitante poderá apresentar declaração formal ou termo de compromisso do profissional indicado para a composição de sua equipe técnica, devendo **OBRIGATORIAMENTE** comprovar a existência de vínculo com o profissional quando da emissão da Nota de Empenho.

3.1.4.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) Prova de registro no **CREA** do profissional responsável através de **CERTIDÃO** que demonstre sua validade.

b) O(s) **ATESTADO(s) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**, referido no subitem 3.1.4.1. deverá (ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado (s) no **CREA**, comprovando aptidão para desempenho de atividade de características iguais ou semelhantes ao do objeto desta licitação no que se refere a(s) parcela(s) de maior relevância da planilha orçamentária.

3.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração de que atenderá ao que dispõe o art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso XXXIII que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos", Modelo **ANEXO VIII**;

3.2. Os documentos exigidos no subitem 3.1.2 e 3.1.3 alínea "a" poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro citado no subitem 2.2, caso os prazos de validade referentes a cada documento especificado no mencionado certificado estejam em vigência, sendo emitido pela Superintendência Municipal de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Resende.

3.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

3.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidores da unidade que realiza a licitação.

3.5. Toda a documentação apresentada pelas empresas vencedoras será anexada ao processo de licitação, sendo rubricada pelo presidente da comissão de julgamento da licitação, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes.

3.6. No caso de participação de **MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.6.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 3.6, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal Nº 8.666/93, sendo facultado à Contratante convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.6.2. Nas licitações da Administração Pública Municipal, as **MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme disposto no art. 4º do Decreto Municipal Nº 3.040, de 02 de fevereiro de 2009.

3.7. As **MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO V**).

3.8. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "comprovantes de solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

4 – DA PROPOSTA – ENVELOPE "B":

4.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado no qual conste externamente além da palavra **ENVELOPE "B" (PROPOSTA)**, o nome e endereço da empresa licitante, bem como o número da presente Concorrência, contendo internamente:

4.1.1. **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** em papel timbrado da licitante, conforme modelo fornecido no **ANEXO I** do presente edital, datilografada ou digitada, sem emendas ou rasuras, contendo item de composição de custos, preços unitários e totais em algarismo e o valor global em algarismo e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergências, devidamente rubricada pelo representante legal da licitante;

4.1.1.1. Deverá ser apresentada juntamente com a planilha de que trata o presente item, sob pena de desclassificação de proposta, a composição referente ao respectivo BDI, conforme modelo contido no **ANEXO XII** do presente Edital

4.1.1.2. As propostas não poderão, sob pena de desclassificação, apresentar valores maiores que os respectivos itens constantes na Planilha Orçamentária do **ANEXO I** deste edital.

4.1.2. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** de acordo com as etapas do serviço, conforme modelo contido no **ANEXO III** deste edital.

4.1.3. **CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO** em papel timbrado da licitante, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, devidamente assinadas pelo representante legal da licitante, contendo:

4.1.3.1. Preço global em algarismo e por extenso, sendo que, havendo divergência entre os valores será considerado o valor consignado por extenso.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

4.1.3.2. Prazo de 8 (oito) meses para execução do objeto.

4.1.3.3. Prazo de validade de, no mínimo, de 60 (sessenta) dias contados da data de realização desta licitação.

4.1.3.4. O número do telefone e e-mail, bem como o nome do responsável da empresa que deverá ser contactado, objetivando agilizar os procedimentos entre a Contratante e a empresa, conforme disponibilidade.

4.1.3.5. Indicação da agência, do número da conta e do nome da instituição bancária, bem como o número do CNPJ/MF e da inscrição estadual do proponente, conforme disponibilidade;

4.1.3.6. Para efeito de recolhimento do INSS as propostas deverão apresentar o valor do serviço separadamente do material fornecido.

4.1.4. Para os preços propostos serão considerados apenas duas casas decimais após a vírgula, visando adequação à moeda nacional corrente.

5 – DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO:

A licitação será processada e julgada com a observância do seguinte procedimento:

5.1. Abertura dos **ENVELOPES "A" (DOCUMENTAÇÃO)** e sua apreciação.

5.2. Devolução dos **ENVELOPES "B" (PROPOSTA)**, fechados, aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento.

5.3. Abertura dos envelopes Proposta dos licitantes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

5.3.1. Na hipótese de algum licitante decidir interpor recurso dentro do prazo estabelecido no item 10.1, haverá a suspensão da reunião, ficando os envelopes com as respectivas propostas para serem abertos em outra reunião, em data a ser fixada posteriormente, quando da decisão de todos os recursos pela Comissão Permanente de Julgamento da Licitação.

5.4. Julgamento, com a classificação das propostas, que será conhecida através de Edital Classificatório.

5.4.1. Para julgamento da presente licitação, a Comissão Permanente de Julgamento da Licitação, levará em consideração as disposições contidas neste Edital, declarando vencedora a proponente que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.4.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todas as licitantes serão convocadas, observando a legislação em vigor.

5.5. Adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor do certame, e a respectiva homologação pela autoridade competente, desde que não ocorra uma das hipóteses previstas no subitem 10.1, 10.2 e 10.3 deste Edital.

5.6. A abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta" será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento da Licitação.

5.7. Todos os documentos contidos nos envelopes "**Documentação**" e "**Proposta**" serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento da Licitação e pelos licitantes presentes e serão anexados ao processo de licitação, mesmo os daquelas empresas que não forem consideradas habilitadas e/ou classificadas.

5.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.

Tel.: (24) 3354-4625

E-mail: editais.resende@gmail.com

5.9. Não serão aceitos envelopes apresentados após a data e hora, fixados no preâmbulo deste Edital.

5.10. Não será permitido a uma mesma pessoa representar mais de uma empresa ao mesmo tempo;

5.11. Não se admitirão propostas que apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

5.12. Serão desclassificadas:

I - As propostas com preços superiores ao estimado no item 11.2 deste edital ou manifestamente inexecutáveis, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

II - As propostas que não atendam às exigências desta licitação.

5.13. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção, vier após o julgamento desfavorável, apontar falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.14. A inabilitação do licitante importa na preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.15. É facultado à Comissão Permanente de Julgamento da Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

5.16. Microempresas e empresas de pequeno porte:

5.16.1. Será assegurado na presente licitação, como critério de desempate, preferência de contratação para as **MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigo 5º do Decreto Municipal n.º 3.040, de 02 de fevereiro de 2009.

5.16.1.1 Entender-se-á por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas **MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.16.1.2 Para o efeito do disposto no presente item, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a **MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE** mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo à contratação da **MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do subitem 5.16.1.1., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas **MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 5.16.1.1., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) na hipótese de não contratação nos termos do item 5.16.1., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

e) somente se aplicará o disposto no item 5.16.1. Quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por **MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE**.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

f) Caso a **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** manifestar interesse em apresentar nova proposta, deverá fazer a oferta verbalmente na sessão em até 5 minutos e será concedido o prazo de 24 horas para apresentar a proposta devidamente adequada à oferta verbal, conforme disposto no subitem 5.16.1.2. "a".

6 – DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Fica estipulado o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento da convocação por escrito da SuMLIC para que a Adjudicatária assine o respectivo Termo de Contrato, conforme minuta contida no **ANEXO VII** deste edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;

6.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista no § 2º do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.2. A Contratada fica obrigada a aceitar na mesma condição contratual, os acréscimos ou supressões que a Contratante possa fazer no Termo de Contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.2.1. Em caso de acréscimo de itens novos, deverão os mesmos ter como limite superior os valores obtidos no Sistema de Custo EMOP, sendo que em caso de insumos que não estejam previstos no referido sistema, será adotado se houver os menores valores dentre os sistemas de custo SCO-FGV, SICRO, SINAPI, PINI OU SBC, e ainda, não havendo nos sistemas citados, os valores obtidos através de pesquisa de mercado realizada junto a no mínimo 3 (três) empresas do ramo pertinente, em cujo os orçamentos constem a identificação completa das empresas consultadas.

6.3. Toda e qualquer alteração, com ou sem aumento do valor do contrato, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Contratante, devendo ser formalizada por meio de aditamento, que poderá ser único, e lavrado antes de expirar-se o prazo do contrato, ficando mantidas as demais condições contratuais pela adjudicatária na proposta inicial.

6.4. O Contrato a ser firmado poderá ser rescindido se ocorrer um dos motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, observadas neste caso as disposições dos artigos 79, 80, 86, 87 e 88 da referida Lei Federal e as multas previstas no item 07 deste Edital.

6.5. Na hipótese de ocorrer à rescisão do contrato, com base no disposto nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e a Contratada vier a sofrer aplicação das penalidades previstas nos incisos I a III do art. 87 do mencionado diploma legal, cabe à mesma recorrer dos atos da Administração, na forma estabelecida no art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.5.1. Dos demais atos da administração, não previstos neste Edital, decorrentes da aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações caberão à Contratada recurso ou representação, nas condições estatuidas no art. 109 e respectivos parágrafos da mencionada Lei Federal.

6.6. O prazo de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto poderá ser prorrogado mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurado a manutenção de seu equilíbrio econômico - financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados nos incisos do art. 57, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo os mesmos ser devidamente autuados em processo.

**Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com**

6.7. O contrato decorrente da presente licitação poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.8. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de **08 (oito) meses**, com início em data a ser estabelecida através ordem de início de execução de Serviço a ser expedida pela Contratante, após assinatura do respectivo termo de contrato, podendo ser prorrogado em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.9. A fiscalização do objeto será exercida pela Contratante, através de representante devidamente credenciado.

6.10. É reservado à fiscalização o direito de recusar qualquer etapa do objeto quando não tiver sido executada dentro das normas técnicas contratadas, bem como exigir correção do objeto que não corresponda às normas e padrões citados.

6.11. Qualquer subempreiteira a ser contratada deverá ser previamente aceita pela fiscalização. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados e conter uma relação de obras e serviços semelhantes, realizados e concluídos pela empresa a ser subcontratada.

6.12. A Contratada continuará, entretanto, sendo a principal responsável pelo objeto subempreitado.

6.13. A fiscalização poderá exigir a substituição de subempreiteira, caso esta não esteja executando os serviços/obras, de acordo com os dispositivos contratuais, bem como a de qualquer empregado da contratada e/ou da subempreiteira, desde que seja considerada inconveniente a sua permanência na execução do objeto.

6.14. No caso de suspensão do objeto, se a Contratada antes de notificada, já houver adquirido ou posto no local dos trabalhos os materiais correspondentes, a Contratante fará o reembolso dos valores de aquisição regularmente comprovados, passando os mesmos à propriedade do Município.

6.15. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam justificar a suspensão da contagem do prazo de execução do objeto somente serão conhecidos se apresentados à Fiscalização, por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência.

6.16. A Contratada obriga-se a supervisionar o serviço, fornecer mão-de-obra e material de consumo, bem como todo e qualquer equipamento e ferramenta necessários à execução do contrato. Os custos de mão-de-obra, material, transporte e utilização, deverão estar inclusos no preço proposto.

6.17. A Contratada deverá manter no canteiro de serviço, no que couber:

- a) Uma cópia do "edital".
- b) Livro de ocorrência (Diário de Obra), em 03 (três) vias, de acordo com o modelo da Secretaria Municipal de Obras, pelo qual fará qualquer solicitação, exigência ou justificativa à fiscalização do Contratante.
- c) Uma via do "Termo de Contrato".
- d) Uma placa de identificação de serviço público, no padrão PMR.
- e) Uma placa de identificação da razão social da Contratada e seu responsável técnico conforme determinação do CREA ou CAU.
- f) Iluminação adequada em caso de eventuais trabalhos noturnos.
- g) Sinalização em torno do serviço, se necessário.
- h) Mão de obra, material de consumo, equipamento e ferramentas necessários à execução do objeto deste contrato, sob supervisão permanente.

i) **Serviços complementares necessários ao desenvolvimento e execução do serviço, como limpeza e remoção de entulhos, inclusive nas áreas adjacentes, não permitindo que tais resíduos estejam presentes da entrega do serviço.**

6.18. A Contratada obriga-se ainda:

a) Fornecer à fiscalização, através de profissional credenciado, cópia da anotação de responsabilidade técnica (ART) de serviços executados junto ao CREA ou CAU.

b) Providenciar, às suas custas, se for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos, todo e qualquer ato necessário à execução do serviço.

c) Observar as especificações e determinações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

d) Fazer participar do serviço o responsável técnico indicado para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, admitindo-se a sua substituição por outro de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pelo órgão fiscalizador da Contratante.

6.19. A Contratada é a única responsável por todos os danos e demais prejuízos que por si, seus prepostos ou empregados causar ao Município ou a terceiros, quando da execução do serviço, objeto deste Edital, ficando o Município de Resende isento de todas as reclamações que, em decorrência, possam surgir.

6.19.1. A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Fiscal, decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

6.19.2. É obrigação e responsabilidade da Contratada o cumprimento de todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria n.º 3.214 de 08.06.78 e pela Lei n.º 6.514 de 22.12.77.

6.20. A Contratada deverá, sempre que for solicitado:

6.20.1. Fornecer, manter no local do serviço e disponibilizar para fiscalização por parte da Contratante, todos os projetos complementares que se façam necessários, sem ônus adicionais ao contrato.

6.20.2. Apresentar cópia do livro de registro de empregados da equipe disponível para o serviço, incluindo o responsável técnico.

6.21. A Contratada providenciará às suas custas, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos, Federal e Estadual, todo e qualquer ato necessário à execução do serviço, objeto deste Edital.

6.22. A Contratada deverá assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica acidente de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da execução do objeto/PMR.

6.23. A Contratada deverá apresentar à fiscalização um cronograma detalhado sob a forma de rede **PERT-CPM** ou **GRÁFICO DE BARRA**, para avaliação do processo físico da obra, conforme o modelo contido no **ANEXO X** do presente edital.

6.24. A contratada ficará responsabilizada pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive pela promoção de readequações sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.

6.25. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas despesas, no total ou em parte, os materiais relativos ao objeto do contrato, em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da incorreta execução dos serviços.

6.26. A contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes da utilização, consumo, conservação, avarias e/ou perdas, inclusive custos de reparos ou reposição dos equipamentos, utensílios, produtos e materiais colocados a disposição para execução dos serviços, efetuando em tempo hábil o pagamento de todos os encargos decorrentes do mesmo, existentes ou que venham a ser criados, respondendo por quaisquer penalidades pelo descumprimento de obrigações legais ou regulamentares.

6.27. É de responsabilidade da contratada o pagamento dos tributos, encargos fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato.

6.28. A contratada deverá manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Legislação aplicável.

6.29. A Contratada deverá apresentar licença Ambiental.

6.30. Na forma prevista no Termo de Contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

7 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1. Por descumprimento de quaisquer das exigências do processo licitatório ou das cláusulas contratuais, ficará a Licitante/Contratada sujeita as sanções estipuladas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais, notadamente os artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, indicadas a seguir:

7.1.1. POR INADIMPLEMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

7.1.1.1. SUSPENSÃO: IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR com a Administração Pública direta municipal e autárquica municipal, pelo prazo de até **02 (dois) anos** conforme dispõe a Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas no edital aquele que:

- I - não entregar a documentação exigida no edital;
- II - apresentar documentação falsa;
- III - causar o atraso na execução do objeto;
- IV - não manter a proposta;
- V - comportar-se de modo inidôneo;
- VI - declarar informações falsas; e
- VII - cometer fraude fiscal.

7.1.1.2. DAS MULTAS: até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação.

7.1.2. POR INADIMPLEMENTO ÀS CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

7.1.2.1. ADVERTÊNCIA;

7.1.2.2. MULTAS; em cada caso, aplicar-se-á:

- a) 20% (vinte por cento) por inexecução **total** do objeto, incidente sobre o valor contratado.
- b) 20% (vinte por cento) por inexecução **parcial** do objeto, incidente sobre o valor da parcela inadimplente.

c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) **por dia de atraso**, sobre o valor total contratado ou sobre a parcela inadimplente, conforme o caso.

c.1) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados inexecução total ou parcial, conforme o caso, para efeito de aplicação de penalidade.

d) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela que tenha problemas técnicos, mais multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia enquanto os problemas técnicos não forem sanados, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade.

d.1) Os atrasos por problemas técnicos que perdurarem por mais de 10 (dez) dias, serão considerados inexecução total ou parcial, conforme o caso, para os efeitos das aplicações das penalidades.

e) 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor da nota fiscal ou outro documento que lhe faça as vezes.

7.1.2.3. SUSPENSÃO - IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR com a Administração Pública direta municipal e autárquica municipal, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, conforme dispõe a Lei 8.666/93, aquela que:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

7.1.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto no artigo 87, IV, da Lei n.º 8.666/93.

7.2. Será garantido o direito de apresentação de prévia defesa, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades, em conformidade com o disposto no artigo 87, da Lei 8.666/93, bem como, direito a interposição de recursos nos termos do Artigo 109 da mesma Lei.

7.3. As sanções serão aplicadas a critério da Administração. As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei 8.666/93, podendo ser aplicada isoladamente ou cumulativamente.

7.4. O prazo para pagamento das multas será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da eventual garantia prestada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.5. A rescisão contratual se dará nos casos elencados no artigo 78, e na forma estabelecida no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da lei

Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 87 do mesmo diploma legal.

8 – DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS:

8.1. O pagamento será efetuado conforme Cronograma Físico – Financeiro contido no **ANEXO III** deste edital mediante fatura atestada pela fiscalização da Contratante, devendo a respectiva fatura ser apresentada pela Contratada no prazo de até 02 (dois) dias após a data de emissão para que o pagamento ocorra no prazo de **30 (trinta) dias** contados da mesma data, conforme o disposto no art. nº: 40, inciso XIV, alíneas "a", "c" e "d" da Lei Federal nº: 8.666/93 e suas alterações.

8.1.1. O pagamento da última parcela somente será liberado com apresentação dos seguintes documentos:

- a) Relatório final do serviço, elaborado pela Contratada;
- b) Termo de recebimento definitivo, elaborado pela Contratante.

8.2 - A periodicidade mínima de reajuste dos valores das parcelas do cronograma físico-financeiro da proposta será de 12 (doze) meses, contado a partir da data base correspondente a data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

8.2.1 – Em caso de prorrogação, após o prazo previsto no item **8.2** as parcelas remanescentes poderão ser reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção - **OBRAS CIVIS** obedecendo a seguinte fórmula;

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de 12 (doze) meses em relação data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

I₀ - Índice referente ao mês da data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

8.3 – Para efeito de reajustamento dos serviços acrescidos, a periodicidade terá como data base a data da assinatura da Ordem de Início de Execução.

8.4. Ocorrendo atraso na liberação do pagamento, a Contratada receberá compensação financeira referente a juros moratórios calculados à razão de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias contados a partir da data de vencimento da fatura, assim como, oferecerá desconto nas mesmas proporções percentuais, por eventuais antecipações de pagamento.

8.5. A licitante vencedora deverá comprovar, sempre que solicitado pela contratante, sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS); com o FGTS – (CRF/CEF); Certidão Negativa de Débito Trabalhista, (expedida pelo Tribunal Regional do Trabalho respectivo, conforme o caso, de acordo com a Lei no: 12.440/2011); com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) e com a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais).

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8.7. Deverá ser efetuado registro da contratada junto a Prefeitura Municipal de Resende para efeito de emissão de **Nota Fiscal Eletrônica**.

8.8. A Contratada deverá pagar seus empregados em dia e exibir as guias de recolhimento de contribuição previdenciária (INSS), do FGTS e o relatório da SEFIP, sempre que solicitado pela contratante, mesmo se tratando de optante do SIMPLES, deverá apresentar a Guia do SIMPLES, se houver em que se comprove a inclusão dos empregados utilizados na execução a serem contratados, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que direta ou indiretamente, incidem ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, ficando excluída qualquer solidariedade da PMR por eventuais atuações.

8.9. Ficarão retidos no ato do pagamento os valores referentes ao **ISSQN**.

9 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO:

9.1. Executado o contrato, seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b", e §§ 2º, 3º e 4º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Os recursos às decisões da Comissão Permanente de Julgamento da Licitação deverão ser protocolizados na Divisão de Protocolo do Município e dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Julgamento da Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, observadas as disposições contidas no art. 109, § 3º da Lei Federal Nº 8.666/93.

10.2. Interposto o recurso será o mesmo comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. No caso da Comissão Permanente de Julgamento da Licitação não reconsiderar sua decisão, será o instrumento de recurso encaminhado à autoridade superior requisitante para decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do seu recebimento.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A critério desta administração a data da licitação poderá ser transferida, ficando ainda reservado o direito de aceitar a proposta, total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, assim como, anular ou revogar a licitação, nos moldes no art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, sem que caiba aos licitantes direito a qualquer indenização.

11.2. Estima-se o valor global desta licitação em **R\$ 5.965.061,93 (Cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, sessenta e um reais e noventa e três centavos)**.

11.3. **As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da Dotação Financeira: Programática 03.41.18.541.133.2866 Despesa 3.3.90.39 e Fonte de Recursos 1.704.0000**, Conforme o art. 7º, § 2º, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

11.4. A Comissão Permanente de Julgamento da Licitação poderá promover diligência para completar a instrução dos autos, em qualquer fase da Licitação, sendo que, nenhum documento adicional será pedido ou aceito para viabilizar a habilitação ou evitar a desclassificação de proponentes.

11.5. Não serão aceitos, documentos de habilitação transmitidos através de e-mail, inclusive o recurso previsto no subitem 10.1 deste instrumento.

11.6. Os casos omissos de dúvidas suscitadas serão resolvidos pela **Comissão Permanente de Julgamento da Licitação – CPJL** observando o que dispõe sobre a matéria a legislação em vigor.

11.7. A empresa inabilitada deverá retirar o respectivo envelope proposta no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação do resultado de inabilitação, após o qual este será imediatamente destruído.

11.8. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, bem como aquele que, tendo o aceite sem objeção, vier após o julgamento desfavorável, a apontar falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

11.8.1. O mesmo prazo citado neste item será o considerado para a apresentação de questionamento, por escrito, sobre quaisquer dúvidas referentes aos termos deste Edital, para que a administração possa respondê-lo antes da data de realização do certame.

11.9. Esclarecimentos adicionais sobre o presente Edital deverão ser solicitados à Superintendência Municipal de Licitações e Contratos através dos telefones: (24) 3354-4625 ou e-mail: editais.resende@gmail.com, de segunda-feira a sexta-feira, de 12:00 as 18:00hs.

11.10. Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização da licitação nas datas e horários acima marcados, a LICITAÇÃO FICARÁ AUTOMATICAMENTE ADIADA PARA O MESMO HORÁRIO DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, independentemente de nova comunicação.

11.11. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Planilha Orçamentária;
- b) ANEXO II – Carta de Credenciamento;
- c) ANEXO III – Cronograma Físico-Financeiro;
- d) ANEXO IV – Projeto Básico (Memorial/ Planta);
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de Micro Empresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- f) ANEXO VI – Termo de Desistência
- g) ANEXO VII – Minuta do Termo de Contrato Administrativo;
- h) ANEXO VIII – Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;
- i) ANEXO IX – Modelo da Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- j) ANEXO X – Cronograma Detalhado;
- k) ANEXO XI – Modelo de declaração relativa ao Quadro Societário;
- l) ANEXO XII – Composição do BDI;
- m) ANEXO XIII – Memória de Cálculo;
- l) ANEXO XIV – Certidão Ambiental;

Resende, RJ, 27 de junho de 2023.


Julio Cezar de Carvalho
Superintendente Municipal de Licitações e Contrato

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

ANEXO I

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

FOLHA Nº 11
PROCESSO Nº 18250



PREFEITURA
RESENDE

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

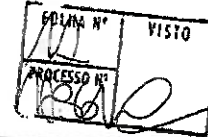
Obr: Pavimentação em Intertravados de Concreto
Endereço: Estr. Joaquim Crimnal de Silveira
Município/UF: Resende/RJ

Data: 08/05/2023
Emissão/Inipag: MARÇO/2023
BDI: 20,73%

PLANILHA DE PREÇOS E QUANTIDADES


Item	Fonte	Código	Descrição	Un.	Quant.	Unid.	Unid. qd BDI	Total
Item 01 - Canteiro de Obras								
01.01	EMOP	02.020.0000-0	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA PUBLICA, TIPO BANNER/ PLOTTER, COM INSCRIÇÃO POR LONA E IMPRESSÃO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES D E MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	M2	3,00	202,78	308,19	2.441,52
01.02	EMOP	02.030.0000-0	PLACA DE SINALIZAÇÃO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA PREFEITURA, RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	UN	3,00	103,44	124,80	374,67
01.03	EMOP	02.020.0000-0	BARRAGEM DE BLOQUEIO DE OBRA NA VIA PUBLICA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA PREFEITURA, RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO E PINTURA DOS SUPORTES DE MADEIRA COM REAPROVEITAMENTO D O CONJUNTO 49 (QUARENTA) VEZES.	M	2,00	3,86	4,65	9,30
01.04	EMOP	02.006.0010-0	ALUGUEL DE CONTAINER PARA ESCRITÓRIO, MEDINDO 2,20M LARGURA, 2,50M COMPRIMENTO E 2,50M ALTURA, COMPOSTO DE CHAPAS DE AÇO COM REFORÇOS TRAPEZOIDAIS, ISOLAMENTO TERMICO-ACUSTICO NO FORRO, CHASSIS REFORÇADO E PISO EM COMPENSADO NAVAL, INCLUSIVE INSTALAÇÕES.	UNXMES	8,00	630,00	760,82	6.084,96
01.05	EMOP	02.006.0020-0	ALUGUEL CONTAINER PARA SANITÁRIO-VESTIÁRIO, MEDINDO 2,20M LARGURA, 2,50M COMPRIMENTO E 2,50M ALTURA, CHAPAS DE AÇO COM REFORÇOS TRAPEZOIDAIS, ISOLAMENTO TERMICO-ACUSTICO NO FORRO, CHASSIS REFORÇADO E PISO EM COMPENSADO NAVAL, INCLUSIVE INSTALAÇÕES E HIGIENIZAÇÃO.	UNXMES	8,00	900,38	1.087,08	8.696,48
01.06	EMOP	04.008.3900-0	TRANSPORTE DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRIÇÃO DA FAMILIA 02.006, EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA, VIDE ITEM 04.013.0015-0.	UNXKM	30,00	84,15	41,21	1.236,30
01.07	EMOP	04.013.0015-0	CARGA E DESCARGA DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRIÇÃO DA FAMILIA 02.006.	UN	2,00	88,59	107,44	214,88
01.08	EMOP	02.015.0001-0	INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO PROVISÓRIA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CANTIER DE OBRAS, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, EXCLUSIVE REPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO LOGRADOURO PÚBLICO.	UN	1,00	4.902,62	6.436,41	6.436,41
01.09	EMOP	02.019.0001-0	INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM BAIXA TENSÃO, PARA CANTIER DE OBRAS, 30A, CHAVE 100A, CARGA 30W, 200V, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR.	UN	1,00	2.351,01	2.836,46	2.836,46
							subtotal Item 01	R\$ 27.332,98
Item 02 - Administração								
02.01	EMOP	05.105.0131-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO SENIOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	MES	5,00	39.117,78	47.226,25	377.026,00
02.02	EMOP	05.105.0128-0	MAO-DE-OBRA DE MESTRE DE OBRA "A", INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	MES	8,00	10.190,40	12.303,23	98.425,84
02.03	EMOP	05.105.0127-0	MAO-DE-OBRA DE ENCARREGADO DE OBRA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	MES	8,00	7.418,40	8.956,50	71.652,00
02.04	EMOP	05.105.0122-0	MAO-DE-OBRA DE ALMOXARIFE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	MES	8,00	5.276,48	6.370,48	50.963,84
02.05	EMOP	05.105.0100-0	MAO-DE-OBRA DE VIGIA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	MES	8,00	3.399,56	4.103,20	32.825,60
02.06	EMOP	50701	Topógrafo com encargos complementares.	H	612,00	24,86	30,01	15.365,12
02.07	EMOP	88253	Auxiliar de topógrafo com encargos complementares.	H	8,00	12,34	14,79	118,34
							subtotal Item 02	R\$ 647.176,66

3095 75105000-0 Trabalho
Anexo I - Edital: 195/105250
Matrícula: 24513
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE



PREFEITURA RESENDE		Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos					
Obras: Pavimentação em Intertravadas de Concreto				Data: 08/05/2023			
Endereço: Estr. Joaquim Criminal da Silveira				Empor/Sinapi: MARÇO/2023			
Município/UF: Resende/RJ				BDI: 20,73%			
PLANILHA DE PREÇOS E QUANTIDADES							
Item 03 - Pavimentação							
03.01	EMOP	20.004.0005-0	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE ACORDO COM AS "INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO" DO DEPR-RJ INCLUSIVE EXECUÇÃO E O TRANSPORTE DE AGUAS SEM TRANSPORTE E ESCAVAÇÃO DE CORRETIVOS. O CUSTO SE APLICA A ÁREA EFETIVAMENTE REGULARIZADA	M3	22.615,67	1,41 1,70 38.448,64	
03.02	EMOP	05.002.0001-0	DEMOLUÇÃO COM EQUIPAMENTO DE AR COMPRIMIDO DE PISOS OU PAVIMENTOS DE CONCRETO SIMPLES, INCLUSIVE EMPILHAMENTO LATERAL DEN TRO DO CANTEIRO DE SERVIÇO	M3	208,48	184,08 222,22 43.883,98	
03.03	EMOP	04.011.0051-1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA COM PA-CARREGADEIRA.COM 1,30MS DE CAPACIDADE,UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE A OLEO DIESEL.COM CAPACIDADE UTIL DE 8T,CONSIDERADOS PARA O CAMINHÃO OS TEMPOS DE ESPERA,MANOBRA,CARGA E DESCARGA E PARA A CARREGADEIRA OS TEMPOS DE	T	474,90	13,64 16,71 7.835,58	
03.04	SINAPI	95877	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dist até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	1.032,40	1,75 2,12 2.188,66	
03.05	SINAPI	94271	Guta (mofo-flo) e sarjeta conjuntas de concreto, medidas in loco em trecho reto com estrutura, 65 cm base (15 cm base de guia + 50 cm base de sarjeta) x 30 cm altura, af. 06/2016	M	7.756,07	30,14 108,83 844.310,78	
03.06	EMOP	06.020.0010-0	PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE LAJOTAS DE CONCRETO PRE-FABRICADAS, COM NATURAL, COM ESPESURA DE 10CM, RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO DE 35MPA, CONFORME ABNT NBR 15953 EXCLUSIVE O PREPARO DO SUBLEITO E BASE	M2	22.615,67	104,58 128,23 2.854.776,02	
03.07	SINAPI	96386	Execução e compactação de base a ou sub-base para pavimentação de bita graduada simples - exclusive carga e descarga, af. 11/2019	M3	1.583,10	175,88 212,36 336.170,88	
03.08	EMOP	04.011.0051-1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA COM PA-CARREGADEIRA.COM 1,30MS DE CAPACIDADE,UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE A OLEO DIESEL.COM CAPACIDADE UTIL DE 8T,CONSIDERADOS PARA O CAMINHÃO OS TEMPOS DE ESPERA,MANOBRA,CARGA E DESCARGA E PARA A CARREGADEIRA OS TEMPOS DE	T	2.849,57	13,84 16,71 47.816,36	
03.09	SINAPI	95877	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dist até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	88.954,58	1,75 2,12 190.704,27	
03.10	EMOP	03.010.0016-0	ATERRO COM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, ESPALHADO POR TRATOR COM POTÊNCIA EM TORNO DE 14CV COM LAMINA EM CAMADAS DE 20CM DE MATERIAL ADENSADO, REGADO POR CAMINHÃO TANQUE E COMPACTADO A 90% COM ROLLO PÊ DE CARNEIRO CONVENCIONAL, DE 200CM DIÂMETRO, REBOCADOR PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS TIPO ESMERALDA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DA GRAMA E TRANSPORTE, EXCLUSIVE PREPARO DO TERRENO E O MATERIAL PARA ESTE	M3	1.080,00	5,58 5,71 7.248,80	
03.11	EMOP	05.001.0020-0	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS TIPO ESMERALDA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DA GRAMA E TRANSPORTE, EXCLUSIVE PREPARO DO TERRENO E O MATERIAL PARA ESTE	M2	6.795,82	16,58 19,78 134.421,32	
Item 04 - Drenagem				subtotal item 03 R\$ 4.509.781,88			
04.01	EMOP	06.015.0030-0	CAXA DE RALO ALVENARIA BLOCOS DE CONCRETO (20X20X40CM), PAREDES DE 0,20M DE ESP. (O 30X5,50X50CM PIAGUAS PLUVIAIS, SENDO PAREDES CHAPISADAS E REVESTIDAS INTERNAMENTE COM ARGAMASSA,ENCIMENTADO BLOCOS E BASE EM CONCRETO SIMPLES FCK=10MPA E GRELHA DE FERR	UN	40,00	1.082,58 1.270,93 90.833,20	
04.02	EMOP	20.087.0074-0	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO DIÂMETRO DE 0,80M EM CONCRETO CÍCLOPIO, INCLUSIVE FORMA, ESCAVAÇÃO, REATERRO E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO DE MATERIAL DO REATERRO NA JAZIDA E SEU TRANSPORTE AO CANTEIRO	UN	40,00	1.479,09 1.768,76 71.436,40	
04.03	EMOP	03.016.0015-1	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA NÃO ESCORADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, UTILIZANDO RETRO-ESCAVADEIRA EXCLUSIVE FREIO E TRANSPORTE	M3	600,00	10,43 12,89 7.564,00	
04.04	EMOP	06.004.0066-0	TUBO DE CONCRETO ARMADO CLASSE PA-2 CONFORME ABNT NBR 8850, PARA GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 150MM, ATERRO E SOCA ATÉ À ALTURA DE GERATOS SUPERIOR DO TUBO, CONSIDERANDO O MATERIAL DA PRÓPRIA ESCAVAÇÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL	M	400,00	348,82 421,14 188.466,00	
04.05	EMOP	03.036.0210-0	ESCAVAÇÃO EM LEITO DE RIO OU CANAL, DRENAGEM DE MATERIAL MOLE, ATÉ 4,50M DE PROFUNDIDADE, MEDIDA A PARTIR DO PLANO DE ESTACIONAMENTO DA MÁQUINA, UTILIZANDO ESCAVADEIRA SOBRE ESTEIRAS, VIBRAÇÃO CLAM-SHELL COM CARGA DE 0,57MS (34,00S)	M3	158,40	16,01 19,33 3.061,87	
04.06	EMOP	04.011.0051-1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA COM PA-CARREGADEIRA.COM 1,30MS DE CAPACIDADE,UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE A OLEO DIESEL.COM CAPACIDADE UTIL DE 8T,CONSIDERADOS PARA O CAMINHÃO OS TEMPOS DE ESPERA,MANOBRA,CARGA E DESCARGA E PARA A CARREGADEIRA OS TEMPOS DE	T	283,12	13,84 16,71 4.764,36	

João Valério da Silva
Engenheiro Civil - T999/05250
Matrícula: 24613
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

		Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos						
Obra: Pavimentação em Intertravados de Concreto					Data: 08/05/2023			
Endereço: Estr. Joaquim Crímal da Silveira					Emp/Sinap: MARÇO/2023			
Município/UF: Resende/RJ					BDI: 20,73%			
PLANILHA DE PREÇOS E QUANTIDADES								
04.07	SINAPI	93677	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dist. até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	782,00	1,78	2,12	1.679,04
04.08	SINAPI	98620	Leito de concreto magro, aplicado em pisos, lajes sobre solo ou radier, af. 08/2017	M3	5,60	946,27	780,26	7.430,50
04.09	COMP	001	Galeria pré-fabricada, em concreto armado, 8i-Parida com 5 eixo em "u", medido pela área do perímetro interno da seção (3,00 x 4,00 (bxh)) vezes o comprimento do canal, fornecimento e assentamento	M	20,00	16.670,95	20.127,43	402.548,60
04.10	EMOP	08.001.0008-0	BASE DE BRITA CORRIDA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DOS MATERIAIS M. E DIDA APÓS A COMPACTAÇÃO	M3	175,00	340,30	169,39	29.843,25
04.11	SINAPI	93677	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dist. até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	15.750,00	1,76	2,12	33.380,00



João Roberto Carvalho
 Eng. Civil - CRB-19904/2020
 Data: 08/05/23
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

ANEXO II
CARTA DE CREDENCIAMENTO

Prezado Senhor,

Pela presente Carta de Credenciamento, eu _____, (nacionalidade), (estado civil), (cargo que ocupa na empresa), portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida em ____/____/2023, pelo _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliado em (cidade), (estado) levo ao conhecimento de V.Sª que o Senhor _____, (nacionalidade), (estado civil), (cargo que ocupa na empresa), portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida em ____/____/____, pelo _____, e inscrito no CPF sob o n.º _____, domiciliado e residente em (cidade), (estado), está credenciado para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na rua _____, n.º _____, (cidade), (estado), na licitação a se realizar em ____/____/____ às ____:____ horas, através da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 07/2023, podendo, para tanto, prestar esclarecimentos, receber avisos e notificações, interpor recursos, deles desistir, assinar a ata, e os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento da presente.

Atenciosamente,

(Local), __ de _____ de 2023.

(Nome completo do emitente e da empresa licitante)

OBSERVAÇÃO:

- A presente Carta de Credenciamento só será válida quando assinada pelo representante legal da empresa, com poderes estatutários e/ou contratuais para constituir mandatários, acompanhada de cópia dos mesmos.

- A presente Carta de Credenciamento deverá estar com a firma do emitente devidamente reconhecida por Tabelião que possua poderes legais para tanto.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

ANEXO III
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Cronograma Físico-Financeiro									
Item	1º Mês	%	2º Mês	%	3º Mês	%	4º Mês	%	TOTAL
Item 01 - Contratação de Obras	3.410,82	12,50%	3.410,82	12,50%	3.410,82	12,50%	3.410,82	12,50%	27.332,08
Item 02 - Administração	80.897,08	12,50%	80.897,08	12,50%	80.897,08	12,50%	80.897,08	12,50%	647.176,64
Item 03 - Planejamento	563.712,64	12,50%	563.712,64	12,50%	563.712,64	12,50%	563.712,64	12,50%	4.509.701,09
Item 04 - Demarcação	97.606,40	12,50%	97.606,40	12,50%	97.606,40	12,50%	97.606,40	12,50%	780.851,22
Totais mensais	745.632,74	12,50%	745.632,74	12,50%	745.632,74	12,50%	745.632,74	12,50%	5.985.506,03
Totais acumulados	745.632,74	12,50%	1.491.265,49	25,00%	2.236.898,22	37,50%	2.982.530,97	50,00%	100,00%
Item 01 - Contratação de Obras	3.410,82	12,50%	3.410,82	12,50%	3.410,82	12,50%	3.410,82	12,50%	27.332,08
Item 02 - Administração	80.897,08	12,50%	80.897,08	12,50%	80.897,08	12,50%	80.897,08	12,50%	647.176,64
Item 03 - Planejamento	563.712,64	12,50%	563.712,64	12,50%	563.712,64	12,50%	563.712,64	12,50%	4.509.701,09
Item 04 - Demarcação	97.606,40	12,50%	97.606,40	12,50%	97.606,40	12,50%	97.606,40	12,50%	780.851,22
Totais mensais	745.632,74	12,50%	745.632,74	12,50%	745.632,74	12,50%	745.632,74	12,50%	5.985.506,03
Totais acumulados	3.728.183,71	62,50%	4.473.796,45	75,00%	5.219.429,19	87,50%	5.965.061,93	100,00%	100,00%

27.332,08
 647.176,64
 4.509.701,09
 780.851,22
 5.985.506,03

João Paulo de Souza
 Eng. Civil - CREA 0941 08250
 Ins. Profissional 29513
 Engenharia Ambiental e Civil

ANEXO IV
PROJETO BÁSICO (MEMORIAL/ PLANTA)

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 1.1. Introdução
- 1.2. Serviços – Resumo Técnico
- 1.3. Material e Eventual Área de Empréstimo
- 1.4. Controles
- 1.5. Geometrias

2. TERRAPLENAGEM

- 2.1. Troca de Solo, Aterro e Terraplenagem
- 2.2. Adequação das Vias, Aterro e Cortes

3. PAVIMENTAÇÃO

- 3.1. Regularização do Sub leito
- 3.2. Sub Base, base de Brita Corrida
- 3.3. Compactação e Acabamento

4. DRENAGEM

5. MEIO FIO E SARJETA

6. MEIO AMBIENTE



[Signature]
JOSE MARIA DE CARVALHO
Engº Civil CREA: 1986106250
Matrícula: 24513
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

2

[Signature]
JOSE MARIA DE CARVALHO
Engº Civil CREA: 1986106250
Matrícula: 24513
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

1

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Introdução

O presente memorial visa descrever as diretrizes básicas que devem ser observadas no ordenamento operacional da Serrinha, e no entorno dos equipamentos existentes. A Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari fica no Município Resende, a 186 km da capital do Rio de Janeiro, entre: Penedo e Visconde de Mauá. A intervenção será sobre o Leito da Estrada Joaquim Criminal da Silveira.

As informações deverão ser examinadas no local da obra, nas plantas, especificações e demais elementos constantes da documentação do projeto básico, de modo a verificar as condições, medidas, quantidades e técnicas necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

Qualquer discrepância por ventura observada, que possa trazer dúvidas ou embaraços futuros ao desenvolvimento dos serviços deverá ser esclarecida com o responsável pelo projeto e ou fiscalização para subsídios gerais que orientem os licitantes por ocasião dos concursos, estratégias de suprimento, fiscalização e outros dados necessários ao entendimento geral dos serviços. Nestas condições, qualquer eventual omissão no presente memorial, não justificará a não execução ou fornecimento de material e / ou serviço que implique na conclusão dos trabalhos, dentro da boa técnica exigida para os serviços relacionados.

Os materiais empregados deverão ser novos e de primeira qualidade, devendo obedecer às normas da ABNT, especificações deste memorial, regulamento das Concessionárias e recomendações dos fabricantes.

1.2. Serviços – resumo técnico

Resumo Técnico do Conjunto de Obras de ampliação da pista de rolamento com: Modificação de Geometria, Pavimentação, Drenagem e grama. Como mostrado nos projetos. Em síntese, o conjunto de serviços aplicados, são os seguintes:

Serviços de Pavimentação com Intertravado

- Pavimentação nova, 22.615,67m²;

meios fios e calçadas

- Meio Fio com sarjeta moldado "in loco", 7.758,07m;
- Pavimentação de calçadas (Gramas) 6.795,82m²;

Implantação de Drenagem

- Construção de duas galerias técnicas;
- Construção de Bueiros e caixas de ralo;

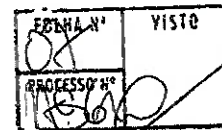
Sinalização estratigráfica - Horizontal e Vertical

- Marcação de Piso;
- Placas e suportes;
- Lombadas/travessias elevadas;
- Suporte bandeira simples e coluna com braço;

1.3. Material e Eventual Área de Empréstimo

Sendo necessário, o uso de solo substituto, este deverá ser analisado e possuir CBR > 2% e expansão < 4%; Ser isento de matéria orgânica.

- Deverá ser certificada a jazida ou a origem do material;
- A empresa executante deve licenciar a área de empréstimo, localizada fora da área do projeto, junto ao órgão ambiental responsável, antes do início das atividades próprias e relacionadas a extração de material;
- Não serão permitidas áreas de empréstimos em terrenos com restrições ambientais;



Eng.º Carlos Roberto de Lima
Inscrição: 24513
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

3

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.

Tel.: (24) 3354-4625

E-mail: editais.resende@gmail.com

1.4. Controles

Os controles geométricos e de acabamento: espessura, cotas, alinhamentos, larguras e acabamento de superfície, deverão seguir os padrões e as Normas Técnicas indicadas.

O controle dos insumos, execução de modo geral, verificação de produto, entre outros: utilizarão as Normas do DNIT e ABNT, inclusive quanto a solicitação de análises e controle tecnológico. De modo geral a verificação das operações, serviços e qualidade do pavimento serão avaliados pela fiscalização, sendo passíveis de correção, se for o caso, assim como as condições de alinhamento.

1.5. Geometrias

O levantamento topográfico prévio adequará definitivamente, o projeto às situações reais do campo, permitindo eventuais correções e apontando alturas e larguras da plataforma, atendendo ao proposto pelo projeto.

Os serviços de implantação de geometria serão aceitos desde que:

- Variações eventuais de cotas estejam compreendidas dentro do quadro geral do projeto.
- Não permitam larguras inferiores à plataforma projetada;
- O abaulamento transversal esteja compreendido na faixa de $\pm 0,5\%$ em relação ao projeto, não sendo permitido depressões;



2. TERRAPLENAGEM

2.1. Troca de Solo, Aterro e Terraplanagem

Nas áreas, objeto de intervenção, onde ocorrer a presença de solo de baixa qualidade e resistência, o mesmo deverá ser substituído, observando as seguintes características:

- Retirada de solo inservível, transporte ao bota-fora e espalhamento no local estabelecido pela Fiscalização da Prefeitura, inclusive maquinário e transporte;
- Base formada com rachão ou pedras de mão em uma altura mínima de 40 cm;
- Colocação de solo até a obtenção de superfície resistente - proctor acima de 90 - para complementação do processo com as etapas de pavimentação.
- Todas as operações, de limpeza do terreno, escavação, colocação de material e compactação devem ser executados na dimensão indicada no projeto.
- O material será descarregado e espalhado em espessuras que permitam a sua compactação. A camada final será compactada 4 (quatro) vezes, ida e volta, em cada faixa de rolamento.

3. PAVIMENTAÇÃO

O pavimento será em Intertravados de concreto, $F_{ck} > \text{ou} = 35 \text{ MPa}$ com espessura de 8cm..

3.1. Regularização do Sub leito

Regularização e compactação de subleito de acordo com as "Instruções para Execução" do DER-RJ, inclusive execução e o transporte de água, mas sem transporte e escavação de corretivos.

O material empregado deve ter a melhor capacidade de suporte e expansão $\leq 2\%$.

3.2. Sub Base, base de Brita Corrida

Implantação com agregado de rocha sã composto de fragmentos duros, limpos e duráveis, com aplicação imediata na pista, compactada longitudinalmente com acabamento em ação conjunta de moto niveladora, rolo de pneus e liso vibratório.

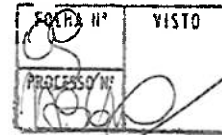
- A superfície a receber a sub-base ou base de brita deve estar limpa, isenta de pó, lama e outros agentes prejudiciais e previamente aprovado pela fiscalização.
- A pedreira e a brita, devem estar classificadas e aprovadas pela fiscalização, com previsão de abastecimento suficiente para fazer frente às necessidades da obra, sem interrupções.
- A distribuição da brita corrida deve ser feita com vibro-acabadora, em espessura uniforme, sem produzir segregação e de forma a evitar conformação adicional de camadas.
- O espalhamento não será executado em dias chuvosos.

Eng.º PAULO CESAR DE OLIVEIRA
Insc.º Profissional: 19867/RS-250
Matrícula: 24513
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

4

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

SUMILC
FOLHA Nº
PROCESSO Nº
17.961/2023
VISTO



3.3. Compactação e Acabamento

A compactação deve ser executada mediante o emprego de rolos vibratórios lisos e rolos pneumáticos de pressão regulável. Nos trechos em tangentes, a compactação deve evoluir partindo da borda interna para a borda externa. Em cada passada, o equipamento utilizado deve recobrir a metade da faixa anteriormente compactada. Se necessário, pode ser promovido o umedecimento da superfície da camada, com emprego de caminhões tanque irrigador de água.

- As manobras do equipamento de compactação que impliquem em variação de direção, serão processadas fora da área objeto de compactação;
- A compactação deve evoluir até a obtenção da compactação mínima igual ou superior a 100%, conforme NBR 7182;

4. DRENAGEM

Os dispositivos abrangidos nesta especificação serão executados, ressaltando que, deverão satisfazer as exigências da Prefeitura Municipal de Resende e NORMAS estabelecidas para implantação das redes de drenagem pluvial urbana.

Galerias - Execução

Como se segue:

- Execução de Travessias de tubos de concreto e galeria de concreto, para captação de contribuição de bacias a montante da pista, nos pontos determinados em projeto;
- Execução de ralos tipo bueiro simples e duplos com grelhas- localizadas nas bordas dos meios fios e que através de ramais, transferem os efluentes para os tubos Coletores - Deverão ter grelha metálica;
- Escavação de acordo com as cotas, diâmetros e alinhamento de projeto;
- Execução de lastro para o assentamento dos tubos de acordo com as normas;
- Reaterro executado com pó de pedra, até atingir os níveis de pavimentação somente após fixadas todas as tubulações e autorização da fiscalização. O Reaterro será disposto em camadas de 15cm, com equipamento manual até uma cota igual a 60 centímetros da geratriz superior da tubulação e após esta situação, será permitida a compactação mecânica.

Materiais

- Tubos de concreto armado PA-2, tipo ponta e bolsa, conforme NBR 9793/87 e NBR 9794/87;
- Rejuntamento em argamassa de cimento e areia, traço 1:4;
- Caixas-Ralo, em blocos de concreto chelo, laje de fundo, lastro em concreto magro e grelha metálica em ferro fundido;
- Aterro em pó de pedra.

Equipamentos

Os equipamentos usuais, para a execução dos serviços serão adequados no local da obra, atendendo as necessidades dos serviços, onde se recomenda:

- Escavadeira hidráulica;
- Caminhão basculante;
- Betoneira;
- Compactador pneumático.

O equipamento será Indicado anteriormente ao início de sua utilização, de modo a garantir as condições apropriadas de operação, obrigatoriamente.

Controle de Obra

O controle de qualidades das obras e dos dispositivos será feito pelo acompanhamento de execução e das características de acabamento das mesmas. O objetivo é a execução qualificada que não contribua para o mau fornecimento da operação hidráulica da canalização. Serão objeto deste controle as camadas de suporte dos dispositivos, acabamento dos objetos e enchimento das valas.

Crítérios de Medições para Drenagem

Os serviços serão medidos de acordo com os seguintes critérios:

José Valério de Carvalho
Eng.º de Civil: 198.676.250
Matrícula: 24518
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

5

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.

Tel.: (24) 3354-4625

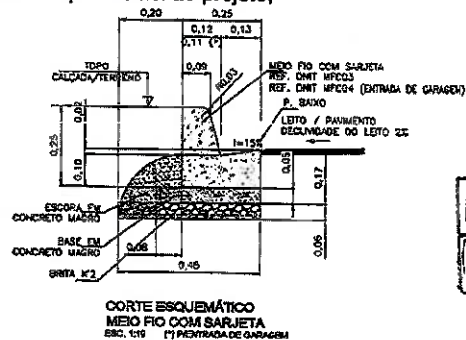
E-mail: editais.resende@gmail.com

- Medidas as escavações, retiradas de material, eventual troca de solo, estabilização com pedra de mão, reaterro e outros, segundo os volumes definidos, em metros cúbicos.

5. MEIO FIO E SARJETA

De concreto, atendendo as NBR 8118, NBR 12654 e NBR 12655, devendo possuir as seguintes características:

- Meio-fio e sarjetas conjugados de concreto, moldado "in loco" com extrusora, fck 20 MPa;
- Intercepção da concretagem e execução de juntas de dilatação, a intervalos de 12 metros, preenchida condensa com mastique asfáltico;
- Lastro de brita para apoio e regulação do terreno ou concreto para assentamento – fck 15 MPa;
- Para garantir proteção dos meios fios a impactos laterais, podem ser aplicados as escoras de concreto magro conhecidos por bolas;
- As formas utilizadas para a moldagem no local dos meios fios, devem ser metálicas ou de madeira revestida com chapa, de forma a obter uma superfície homogênea. E permitindo o uso de máquina extrusora para feitura de meios fios e sarjetas contínuos, obedecendo, em todos os casos uma geometria completa e fiel ao projeto;



EXTRA Nº	VISTO
PROCESSO Nº	

6. MEIO AMBIENTE

- Os cuidados, de modo geral em relação aos serviços, são procedimentos de Controle Ambiental, como nas demais fases da implantação que referem-se à proteção de corpos d'água, de vegetação litorânea ou na borda d'água e a segurança viária de máquinas e equipamentos;
- Seguir as recomendações oriundas dos órgãos ambientais – do Estado e do Município;
- A obra deve ser licenciada pelo órgão ambiental competente;
- Os agregados britados fornecido por terceiros, deverão ter a documentação que ateste as regularidades junto aos órgãos ambientais;

Durante a implantação da rede de drenagem e seus dispositivos, deverão ser preservadas as condições ambientais, de acordo com os procedimentos:

- Deslocar os paralelepípedos, material excedente e dispositivos da drenagem para área determinada pela fiscalização.
- Desviar o tráfego urbano, conforme recomendações específicas.
- Implantar sinalização de alerta seguindo recomendações das normas pertinentes ao serviço.
- Evitar danos nas ruas de acesso a área de implantação e aos terrenos de terceiros;

[illegible]

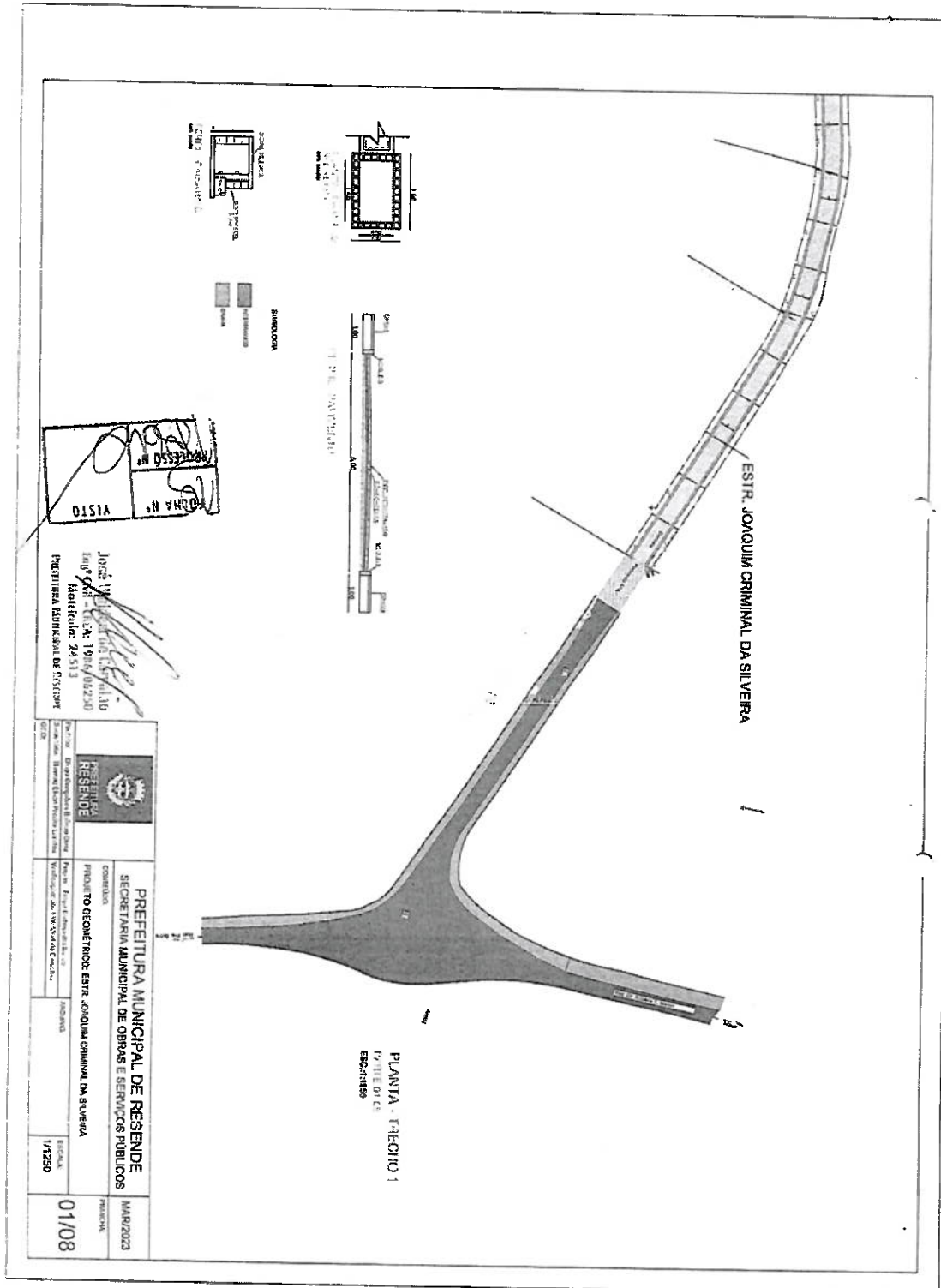
6

**Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com**

26

SUMILIC
FOLHANA[®]
PROCESSON
17.961/2023
VISTO

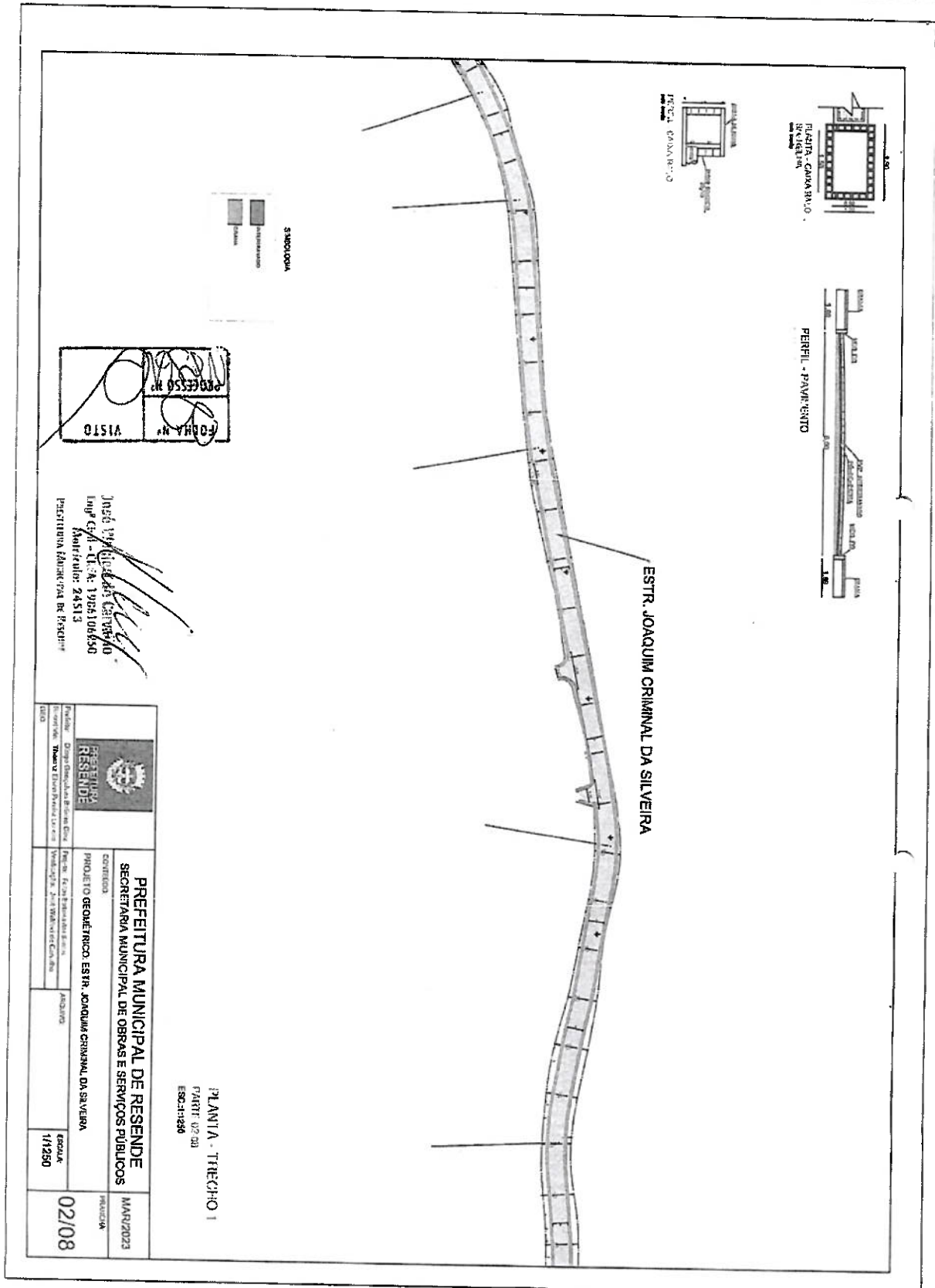
PLANTAS



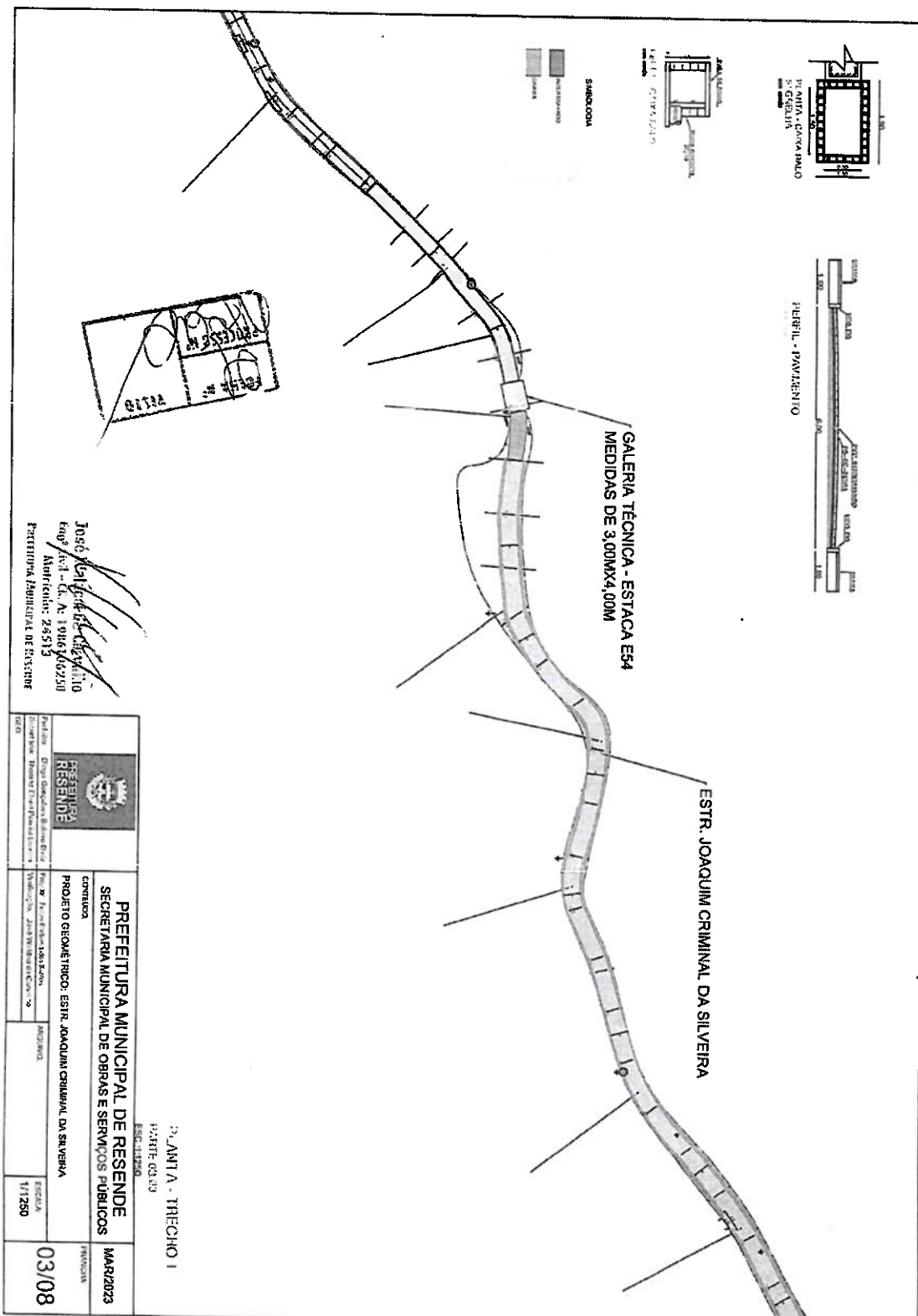
Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
 Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.

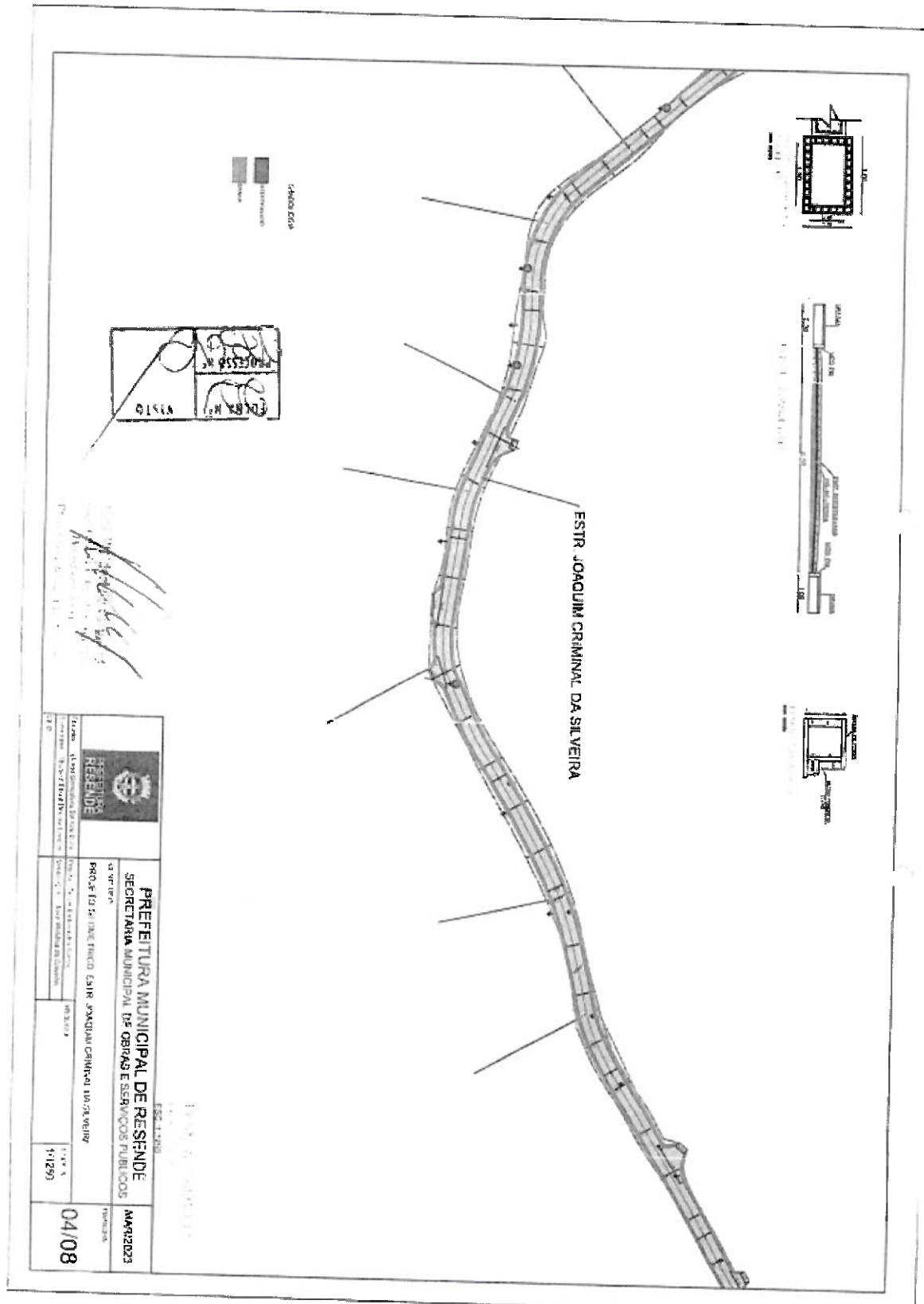
Tel.: (24) 3354-4625

E-mail: editais.resende@gmail.com



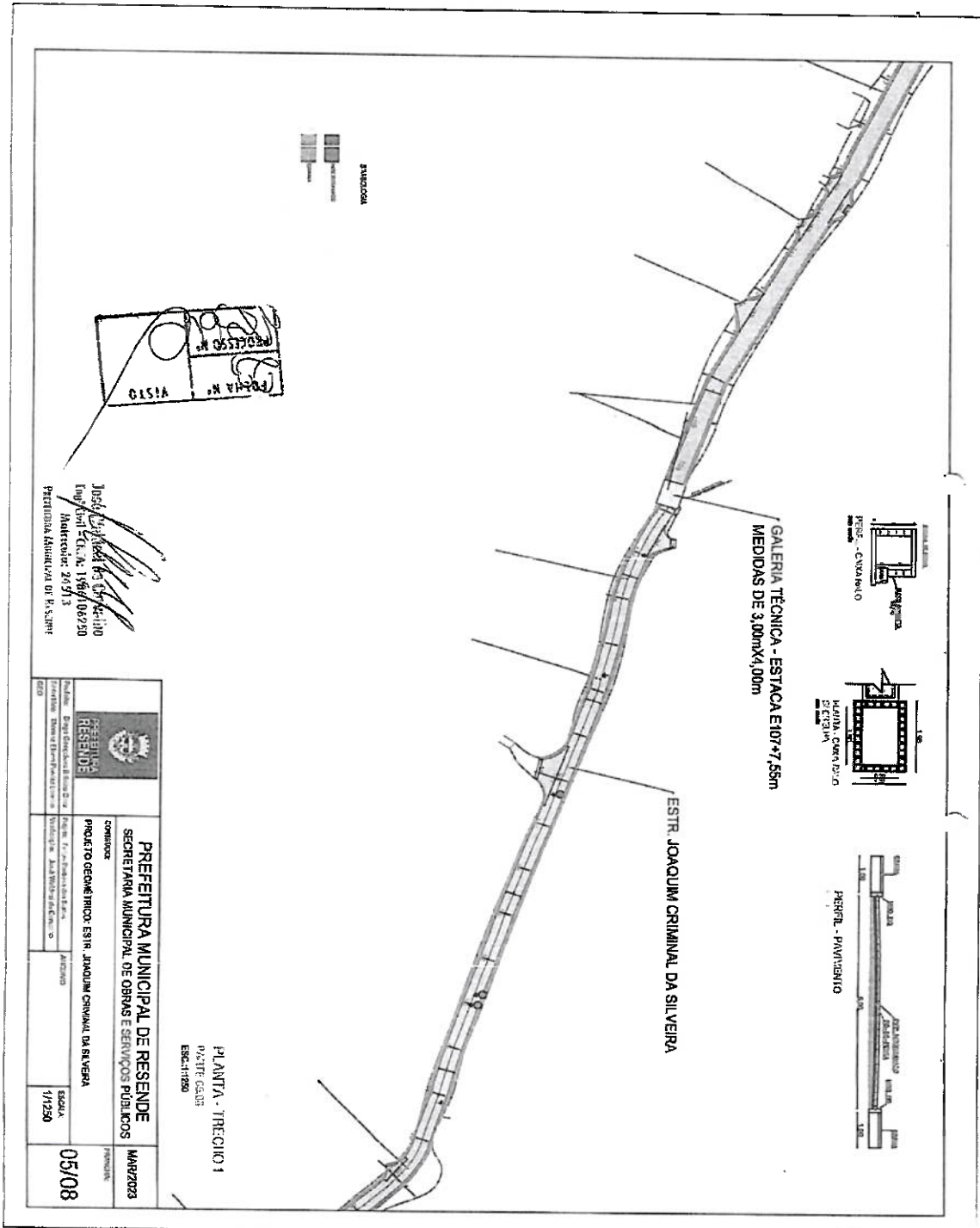
Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
 Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
 Tel.: (24) 3354-4625
 E-mail: editais.resende@gmail.com



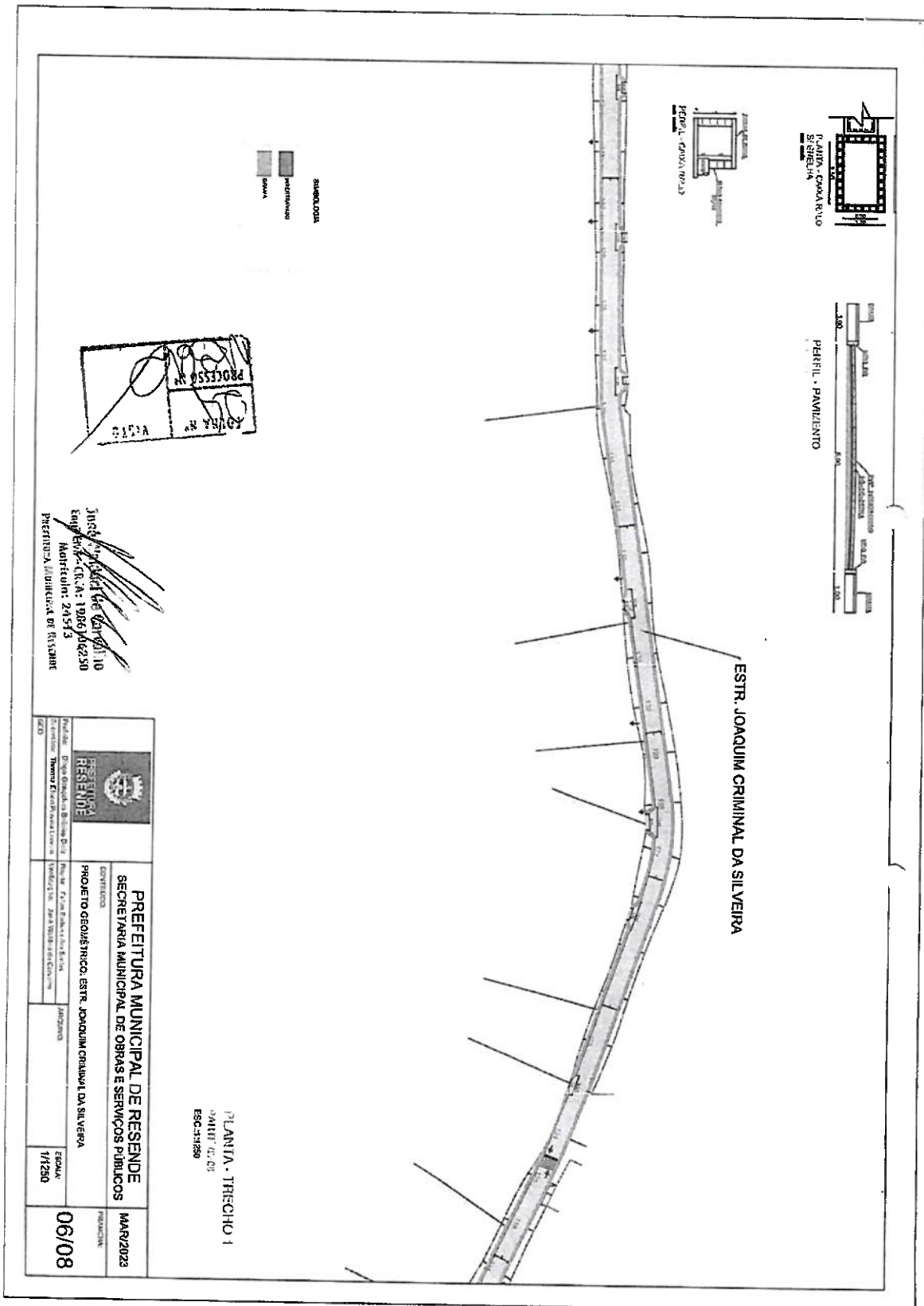


Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
 Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
 Tel.: (24) 3354-4625
 E-mail: editais.resende@gmail.com

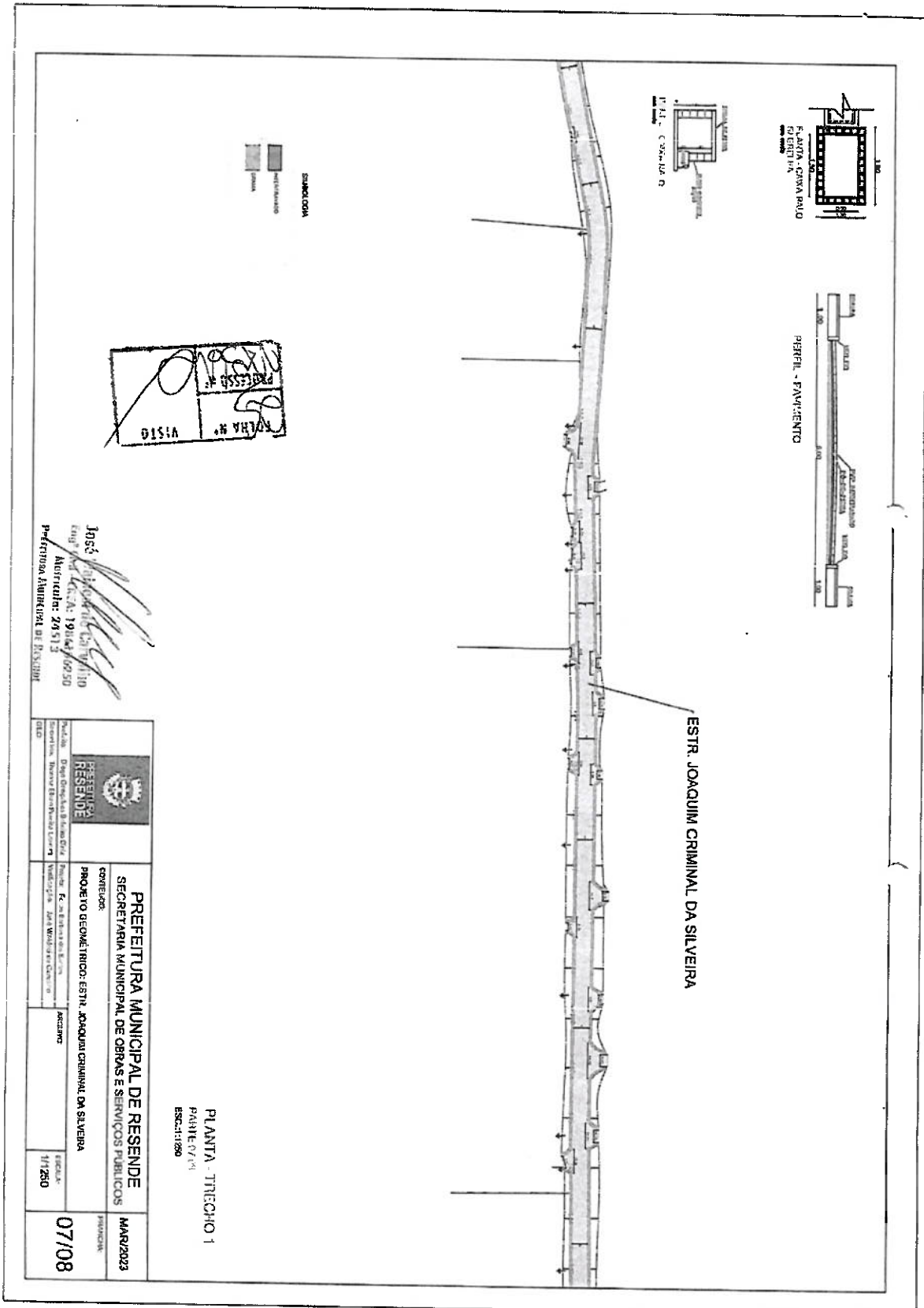
SUMILC
 FOLHANº
 PROCESSO Nº
 17.961/2023
 VISTO

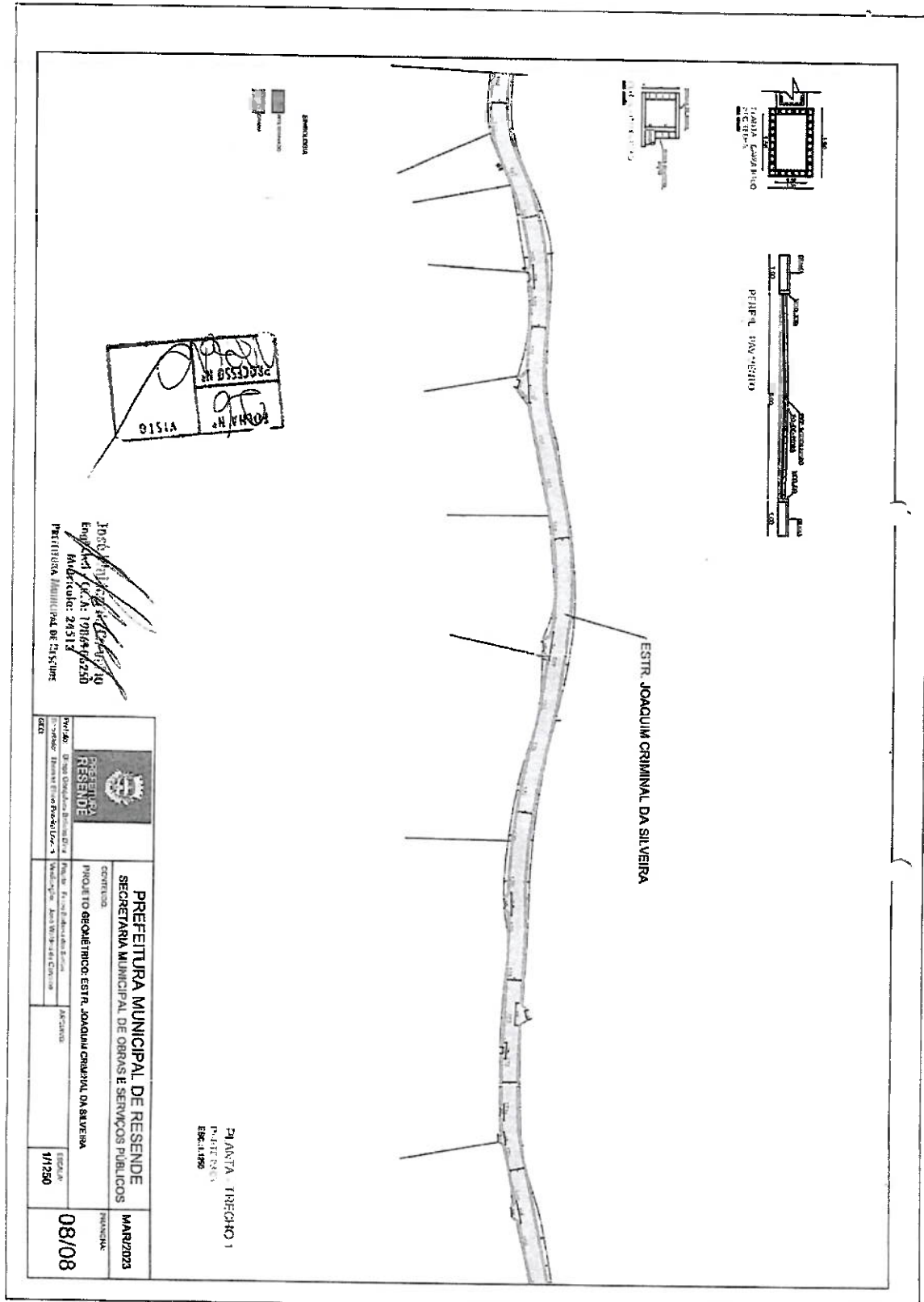


**Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com**



Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
 Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
 Tel.: (24) 3354-4625
 E-mail: editais.resende@gmail.com





Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
 Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
 Tel.: (24) 3354-4625
 E-mail: editais.resende@gmail.com

SUMILC
 FOLHA Nº
 PROCESSO Nº
 17.961/2023
 VISTO

OBSERVAÇÃO:

AS EMPRESAS INTERESSADAS EM ADQUIRIR AS PLANTAS QUE COMPÕE ESTE PROJETO BÁSICO DEVERÃO ENCAMINHAR SOLICITAÇÃO POR EMAIL PARA jscpmr@hotmail.com E/OU COMPARECER NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SMOSP, SITUADA NA RUA AUGUSTO XAVIER DE LIMA, Nº 251, JARDIM JALISCO, RESENDE- RJ – TEL: 24-3360-1044, EM DIAS UTEIS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DE 12:30 ÀS 17:00 H, MUNIDOS DE MÍDIAS MÓVEIS (PEN DRIVE E/OU CD) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 GB PARA QUE POSSAM RECEBER AS RESPECTIVAS PLANTAS.

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ME E/OU EPP

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 07/2023

_____, com sede na
(razão social da empresa)
_____, inscrita no CNPJ nº _____,
vem, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da
Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARAR**, sob as
penas da Lei, que é _____ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE
PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como
ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º
da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos
42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no
presente certame.

.....
Local/Data

.....
(Representante Legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

ANEXO VI

TERMO DE DESISTÊNCIA

A Empresa _____, CNPJ n.º _____, por intermédio de seu Representante Legal _____, no presente ato e na melhor forma de direito, vem **DESISTIR** de qualquer recurso cabível relativo à fase de habilitação referente à **Concorrência Pública Nº. 07/2023**, promovida pela Prefeitura Municipal de Resende, de acordo com o art. 43, III da Lei Federal n.º 8.666/93 alterada pela Lei n.º 8.883/94 e Legislação complementar.

Resende, RJ, ____ de _____ de 2023.

.....
(Data)

.....
(Representante Legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

C.A. N.º _____ **/2023**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ATRAVÉS DA AGENCIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE – AMAR, da PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ e a empresa _____ **, na forma abaixo:**

O **Município de Resende / RJ**, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Augusto Xavier de Lima, nº: 251, bairro Jardim Jalisco, Resende, RJ, CNPJ nº: 29.178.233/0001 – 60, através da **AGENCIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE – AMAR, da PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**, representado pelo seu Presidente Wilson Oliveira Ribeiro de Moura, brasileiro, estado civil _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, denominado simplesmente **Contratante** de um lado, e do outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____ nº _____ Bairro _____, na pessoa de seu representante legal Senhor _____, brasileiro, estado civil, profissão, RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, na qualidade de **Contratada**, celebram este contrato, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17.961/2023**, que se regerá, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, assim como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

DO OBJETO – O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ATRAVÉS DA AGENCIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE – AMAR, da PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**, conforme Planilha Orçamentária (**ANEXO I**), Cronograma Físico – Financeiro (**ANEXO III**), Memorial Descritivo (**ANEXO IV**) e Memorial de Cálculo (**ANEXO XIII**), contidos no Edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 07/2023**, adequados aos valores e prazos da proposta da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA:

DO PRAZO – O prazo de vigência deste contrato bem como o de execução do serviço é de **08 (oito) meses**, com início estabelecido em “**Ordem de Execução de Serviço**” a serem expedidas pela Contratante, depois de cumpridas todas as exigências contratuais, podendo ser prorrogado em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

§ 1º - O prazo de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do serviço poderá ser prorrogado, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurado a manutenção de seu equilíbrio econômico - financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no § 1º do art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º - Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam justificar a suspensão da contagem do prazo de execução do serviço/ obra somente serão conhecidos se apresentados à Fiscalização, por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência.

CLÁUSULA TERCEIRA:

DO VALOR – O pagamento será efetuado com base em medição parcelada e mensalmente, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela contratada, junto a sua proposta, no certame licitatório, cujo modelo consta no **ANEXO III** mediante fatura atestada pela fiscalização da Contratante, devendo a respectiva fatura ser apresentada pela Contratada no prazo de até 02 (dois) dias após a data de emissão para que o pagamento ocorra no prazo de 30 (trinta) dias contados da mesma data.

§ 1º - O pagamento da última parcela somente será liberado com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Relatório final do serviço, elaborado pela Contratada;

b) Termo de recebimento definitivo do serviço, elaborado pela Contratante.

§ 2º - A periodicidade mínima de reajuste dos valores das parcelas do cronograma físico-financeiro da proposta será de 12 (doze) meses, contado a partir da data base correspondente a data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

§ 3º - Após o prazo previsto no § 2º as parcelas remanescentes poderão ser reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção - **OBRAS CIVIS** obedecendo a seguinte fórmula:

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de 12 (doze) meses em relação data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

I₀ - Índice referente ao mês da data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

§ 4º - Para efeito de reajustamento dos serviços acrescidos, a periodicidade terá como data base a data da assinatura do Ordem de Início de Execução.

§ 5º - Ocorrendo atraso na liberação do pagamento, a Contratada receberá compensação financeira referente a juros moratórios calculados à razão de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias contados a partir da data de vencimento da fatura, assim como, oferecerá desconto nas mesmas proporções percentuais, por eventuais antecipações de pagamento.

§ 6º - Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS); com o FGTS – (CRF/CEF); com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União), com a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais) e com o Tribunal Regional do Trabalho

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.

Tel.: (24) 3354-4625

E-mail: editais.resende@gmail.com

respectivo, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

§ 7º - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

§ 8º - Ficarão retidos no ato do pagamento os valores referentes ao **ISSQN**.

§ 9º - No caso de empresa sediada fora do Município de Resende deverá ser efetuado registro junto a Prefeitura Municipal de Resende para efeito de emissão de **Nota Fiscal Eletrônica**.

CLÁUSULA QUARTA:

DA DOTAÇÃO FINANCEIRA – A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes Dotações Financeiras: **Programática 03.41.18.541.133.2866 Despesa 3.3.90.39 e Fonte de Recursos 1.704.0000**, conforme o art. 14 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, no valor global de R\$ _____ (_____), sendo empenhado sob o n.º ____/2023, em ____/____/2023, ficando o restante para o exercício seguinte.

CLÁUSULA QUINTA:

DA VARIAÇÃO – A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante possa fazer no termo de contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA:

DA ALTERAÇÃO – Toda e qualquer alteração, com ou sem aumento do valor do contrato, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Contratante, devendo ser formalizada por meio de aditamento, que poderá ser único, e lavrado antes de expirar-se o prazo do contrato, ficando mantidas as demais condições contratuais pela adjudicatária na proposta inicial, em conformidade com o art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA:

DA FISCALIZAÇÃO – A fiscalização do serviço/obra será exercida pela Contratante, através de representante devidamente credenciado, que poderá recusar qualquer etapa do serviço que não tiver sido executada dentro das normas técnicas contratadas, bem como exigir a devida correção. E, executado o contrato, seu objeto será recebido nos termos do art. 73 da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA:

DA OBRIGAÇÃO – A Contratada responderá por quaisquer ônus, direito e obrigações vinculados à Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Fiscal, bem como por danos e demais prejuízos, que por si, seus prepostos ou empregados causar ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada, e ainda:

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

- § 1º – Qualquer subempreiteira a ser contratada para execução de serviços parciais deverá ser previamente aceita pela Fiscalização da Contratante, depois de pedido formal da contratada indicando quais os serviços a serem executados, acompanhado de uma relação de serviços/obras semelhantes realizados e concluídos pela empresa a ser subcontratada.
- § 2º – No caso da subcontratação, a Contratada continuará como principal responsável na integralidade do serviço/obra.
- § 3º – A fiscalização da Contratante poderá exigir a substituição de subempreiteira caso esta não esteja executando o trabalho de acordo com os dispositivos contratuais, bem como a de qualquer empregado da Contratada e/ou da subempreiteira, desde que seja considerada inconveniente a sua permanência.
- § 4º – No caso da suspensão do serviço, se a Contratada, antes de notificada, já houver adquirido ou posto no local de trabalho, material pertinente, a Contratante reembolsá-la-á dos preços da aquisição, regularmente comprovados, cujo material passará à propriedade da Contratante.
- § 5º – Ao cumprimento de todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria n.º 3.214 de 08.06.78 e pela Lei n.º 6.514 de 22.12.77.
- § 6º – Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- § 7º – A Contratada deverá pagar seus empregados em dia e exibir as guias de recolhimento de contribuição previdenciária (INSS), do FGTS e o relatório da SEFIP sempre que solicitado pela Contratante, mesmo quando se tratar de optante do SIMPLES deverá ser apresentada a Guia do SIMPLES, se houver em que se comprove a inclusão dos empregados utilizados na execução a serem contratados, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que direta ou indiretamente, incidem ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais, e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, ficando excluída qualquer solidariedade da PMR por eventuais atuações.
- § 8º – A Contratada deverá assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica acidente de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da execução do objeto/PMR.
- § 9º – A Contratada deverá apresentar à fiscalização, quinzenalmente, um cronograma detalhado sob a forma de rede PERT-CPM ou GRÁFICO DE BARRA, para avaliação do processo físico da prestação de serviço, conforme o Modelo constante do **ANEXO X – CRONOGRAMA DETALHADO.**
- § 10º – A contratada ficará responsabilizada pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive pela promoção de readequações sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.
- § 11º – A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os materiais relativos ao objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da incorreta execução dos serviços.
- § 12º – A contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes da utilização, consumo, conservação, avarias e/ou perdas, inclusive custos de reparos ou reposição dos equipamentos, utensílios, produtos e materiais colocados a disposição para execução dos

serviços, efetuando em tempo hábil o pagamento de todos os encargos decorrentes do mesmo, existentes ou que venham a ser criados, respondendo por quaisquer penalidades pelo descumprimento de obrigações legais ou regulamentares.

§ 13º – É de responsabilidade da contratada o pagamento dos tributos, encargos fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato.

§ 14º – A contratada deverá manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Legislação aplicável.

§ 15º – A Contratada deverá manter no canteiro de serviço, no que couber:

- a) Uma cópia do “edital”.
- b) Livro de ocorrência (Diário de Obra), em 03 (três) vias, de acordo com o modelo da Secretaria Municipal de Obras, pelo qual fará qualquer solicitação, exigência ou justificativa à fiscalização do Contratante.
- c) Uma via do “Termo de Contrato”.
- d) Uma placa de identificação de serviço público, no padrão PMR.
- e) Uma placa de identificação da razão social da Contratada e seu responsável técnico conforme determinação do **CREA ou CAU**.
- f) Iluminação adequada em caso de eventuais trabalhos noturnos.
- g) Sinalização em torno do serviço, se necessário.
- h) Mão de obra, material de consumo, equipamento e ferramentas necessários à execução do objeto deste contrato, sob supervisão permanente.
- i) Serviços complementares necessários ao desenvolvimento e execução do serviço, como limpeza e remoção de entulhos, inclusive nas áreas adjacentes, não permitindo que tais resíduos estejam presentes da entrega do serviço.

§ 16º – A Contratada obriga-se ainda:

- a) Fornecer à fiscalização, através de profissional credenciado, cópia da anotação de responsabilidade técnica (ART) de serviços executados junto ao **CREA ou CAU**.
- b) Providenciar, às suas custas, se for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos, todo e qualquer ato necessário à execução do serviço.
- c) Observar as especificações e determinações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- d) Fazer participar do serviço o responsável técnico indicado para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, admitindo-se a sua substituição por outro de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pelo órgão fiscalizador da Contratante.

§ 17º - A Contratada deverá apresentar licença Ambiental.

§ 18º - O não cumprimento das condições relacionadas acima pela licitante vencedora acarretará em aplicações de sanções administrativas.

CLÁUSULA NONA:

DA RESCISÃO – Constituem motivos para rescisão do presente contrato, os elencados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA:

DAS PENALIDADES – Por descumprimento de quaisquer das exigências do processo licitatório ou das cláusulas contratuais, ficará a Licitante/Contratada sujeita as

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

sanções estipuladas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais, notadamente os artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, indicadas a seguir:

§ 1º - POR INADIMPLEMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

a. SUSPENSÃO: IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR com a Administração Pública direta municipal e autárquica municipal, pelo prazo de até **02 (dois) anos** conforme dispõe a Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas no edital aquele que:

- I - não entregar a documentação exigida no edital;
- II - apresentar documentação falsa;
- III - causar o atraso na execução do objeto;
- IV - não manter a proposta;
- V - comportar-se de modo inidôneo;
- VI - declarar informações falsas; e
- VII - cometer fraude fiscal.

b. DAS MULTAS: até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação.

§ 2º - POR INADIMPLEMENTO ÀS CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

a. ADVERTÊNCIA;

b. MULTAS; em cada caso, aplicar-se-á:

b.a) 20% (vinte por cento) por inexecução **total** do objeto, incidente sobre o valor contratado.

b.b) 20% (vinte por cento) por inexecução **parcial** do objeto, incidente sobre o valor da parcela inadimplente.

b.c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) **por dia de atraso**, sobre o valor total contratado ou sobre a parcela inadimplente, conforme o caso.

b.c.1) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados inexecução total ou parcial, conforme o caso, para efeito de aplicação de penalidade.

b.d) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela que tenha problemas técnicos, mais multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia enquanto os problemas técnicos não forem sanados, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade.

b.d.1) Os atrasos por problemas técnicos que perdurarem por mais de 10 (dez) dias, serão considerados inexecução total ou parcial, conforme o caso, para os efeitos das aplicações das penalidades.

b.e) 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor da nota fiscal ou outro documento que lhe faça as vezes.

c. SUSPENSÃO - IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR com a Administração Pública direta municipal e autárquica municipal, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, conforme dispõe a Lei 8.666/93, aquela que:

- I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;

- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

d. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto no artigo 87, IV, da Lei n.º 8.666/93.

§ 3º . Será garantido o direito de apresentação de prévia defesa, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades, em conformidade com o disposto no artigo 87, da Lei 8.666/93, bem como, direito a interposição de recursos nos termos do Artigo 109 da mesma Lei.

§ 4º . As sanções serão aplicadas a critério da Administração. As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei 8.666/93, podendo ser aplicada isoladamente ou cumulativamente.

§ 5º . O prazo para pagamento das multas será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da eventual garantia prestada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

§ 6º . A rescisão contratual se dará nos casos elencados no artigo 78, e na forma estabelecida no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 87 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA:

§ 1º - No **prazo de 15 (quinze) dias da assinatura deste contrato** e para garantia total do seu cumprimento, a licitante vencedora deverá prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do Contrato, cabendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia alinhadas no Art. 56 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - O Município de Resende se reserva ao direito de alienar o valor caucionado, no todo ou em parte, sempre que dele tiver que descontar qualquer importância. No caso de rescisão administrativa, por culpa da CONTRATADA, a caução reverterá integralmente aos cofres da Prefeitura Municipal de Resende.

§ 3º - A garantia será liberada ou restituída após a conclusão ou aceitação definitiva das obras e/ou serviços e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 4º - A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado;

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

DO REGIME DE EXECUÇÃO: - O objeto do presente contrato será executado sob REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

DA INTEGRALIDADE: - Fica fazendo parte integrante do presente contrato o Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 07/2023 e seus ANEXOS, proposta do licitante vencedor e PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17.961/2023, independente de transcrição ou menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

DO FORO – O Foro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato é o da Comarca de Resende, pelo privilégio do § 2º, do art. 55 da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo:

Resende, RJ, ____ de _____ de 2023.

Diogo Gonçalves Balieiro Diniz
Prefeito Municipal

Wilson Oliveira Ribeiro de Moura
AGENCIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE – AMAR
(CONTRATANTE)

(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF Nº: _____

NOME: _____ CPF Nº: _____

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Ref.:CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 07/2023

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(Data)

.....
(Representante Legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

ANEXO IX

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Ref.: Prefeitura Municipal de Resende –CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 07/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de **Falência** ou **Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, e que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
(Data)

.....
(Representante Legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

CRONOGRAMA DETALHADO

[illegible]

**Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com**

SUMULIC
FOLHA Nº
PROCESSO Nº
17.961/2023
VISTO

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO QUADRO SOCIETÁRIO

_____, inscrita no CNPJ nº _____,
sediada _____, nº _____, Bairro _____, por intermédio de seu
representante legal o Sr. _____, portador da Carteira de
Identidade ¹ _____ e do CPF nº _____-_____, declara para os devidos fins de que
não possui em seu quadro societário servidor da ativa, empregado de empresa pública ou
de sociedade de economia mista conforme Lei ¹ 12.309, de 09/08/2010.

.....
Local/Data

.....
(Representante Legal/Carimbo)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO XII
COMPOSIÇÃO DO BDI



Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Obra: Pavimentação em Intertravados de Concreto
Endereço: Estr. Joaquim Criminal da Silveira
Município/UF: Resende-RJ.

COMPOSIÇÃO DO BDI

ÍNDICES	DESCRIÇÃO	DECIMAL	%	ATENDE AOS LIMITES?	INFERIOR	SUPERIOR
AC	Taxa de Administração Central	0,0360	3,80	Sim	3,80%	4,67%
R	Taxa de Riscos	0,0050	0,50	Sim	0,50%	0,97%
S + G	Taxa de Seguro e Garantia do Empreendimento	0,0032	0,32	Sim	0,32%	0,74%
DF	Taxa de Despesas Financeiras	0,0102	1,02	Sim	1,02%	1,21%
L	Taxa de Lucro Remuneração	0,0664	6,64	Sim	6,64%	8,69%
T	Taxa de Incidência de Tributos	0,0065	0,65			
	COFINS	0,0300	3,00			
	ISS	0,0300	3,00			

BDI conforme acórdão 2622/2013 do TCU =

$$\{ [1 + (AC + R + S + G)] \times (1 + DF) \times (1 + L) \} \times 100\%$$

BDI conforme acórdão 2622/2013 do TCU =

$$\{ [1 + (0,0360 + 0,0050 + 0,0032)] \times (1 + 0,0102) \times (1 + 0,0664) \} \times 100\%$$

BDI conforme acórdão 2622/2013 do TCU =	20,73%	Sim	20,34%	25,00%




ANEXO XIII
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Item		Fonte	Código	Descrição	Un.	Quant.	Cálculo
Item 01 - Canteiro de Obras							
01.01	EMOP	02.020.0002-0		PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, TIPO BANNER/PLÔTER, CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	8,00	4,00m x 2,00m = 8,00m²
01.02	EMOP	02.030.0005-0		PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	3,00	3 Placas
01.03	EMOP	02.020.0005-0		BARRAGEM DE BLOQUEIO DE OBRA NA VIA PUBLICA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, COLOCACAO E PINTURA DOS SUPORTES DE MADEIRA COM REAPROVEITAMENTO DO CONJUNTO 40 (QUARENTA) VEZES	M	2,00	1 Bloqueio no início 1 Bloqueio no final Total: 2 Unidades
01.04	EMOP	02.008.0010-0		ALUGUEL DE CONTAINER PARA ESCRITORIO, MEDINDO 2,20M LARGURA, 2,00M COMPRIMENTO E 2,50M ALTURA, COMPOSTO DE CHAPAS DE ACO/NERVURAS TRAPEZOIDAIS, ISOLAMENTO TERMICO-ACUSTICO NO FORRO, CHASSIS REFORCADO E PISO EM COMPENSADO NAVAL, INCLUINDO INSTALACOES E	UNXMES	8,00	8 mês de execução
01.05	EMOP	02.008.0020-0		ALUGUEL CONTAINER PARA SANITARIO-VESTIARIO, MEDINDO 2,20M LARGURA, 2,00M COMPRIMENTO E 2,50M ALTURA, CHAPAS DE ACO/NERVURAS TRAPEZOIDAIS, ISOLAMENTO TERMICO-ACUSTICO NO FORRO, CHASSIS REFORCADO E PISO EM COMPENSADO NAVAL, INCLUSIVE INSTALACOES E HIDRO-SANITARIAS	UNXMES	8,00	8 mês de execução
01.06	EMOP	04.008.0300-0		TRANSPORTE DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.008, EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA (VER ITEM 04.013.0015)	UNXKM	30,00	2 unidades por 10km
01.07	EMOP	04.013.0015-0		CARGA E DESCARGA DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.008	UN	2,00	2 unidades
01.08	EMOP	02.015.0001-0		INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS, INCLUSIVE ESCAVACAO EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	1,00	1 ligação de água
01.09	EMOP	02.016.0001-0		INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA EM BAIXA TENSAO, PARA CANTEIRO DE OBRAS, 30-CHAVE 100A, CARGA 3KW/200V, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	1,00	1 ligação de energia
Item 02 - Administração							
02.01	EMOP	05.105.0131-0		MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO SENIOR INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	8 meses de execução
02.02	EMOP	05.105.0128-0		MAO-DE-OBRA DE MESTRE DE OBRA "A", INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	8 meses de execução
02.03	EMOP	05.105.0127-0		MAO-DE-OBRA DE ENCARGADO DE OBRA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	8 meses de execução
02.04	EMOP	05.105.0122-0		MAO-DE-OBRA DE ALMOXARIFE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	8 meses de execução
02.05	EMOP	05.105.0100-0		MAO-DE-OBRA DE VIGIA INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	8 meses de execução
02.06	SINAPI	90781		Transporte de materiais complementares	H	512,00	84 HORAS x 8 MESES = 672H
02.07	SINAPI	88253		Auxiliar de topografia com encargos complementares	H	512,00	84 HORAS x 8 MESES = 672H

José Valério de Carvalho
 Engº Civil - CREA 195476/250
 Matrícula: 2/513
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos						
<p>Obra: Pavimentação em Intertravados de Concreto</p> <p>Endereço: Estr. Joaquim Criminal da Silveira</p> <p>Município/UF: Resende/RJ</p>						
PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Item 03 - Pavimentação						
03.01	EMOP	20.004.0005-0	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DO DER-RJ, INCLUSIVE EXECUÇÃO DO TRANSPORTE DE AGUAS, SEM TRANSPORTE E ESCAVACAO DE CORRETIVOS. O CUSTO SE APLICA A AREA EFETIVAMENTE REGULARIZADA	M2	22.615,67	Área de Acordo com o Projeto
03.02	EMOP	03.002.0001-0	DEMOICAÇÃO, COM EQUIPAMENTO DE AR COMPRIMIDO, DE PISOS OU PAVIMENTOS DE CONCRETO SIMPLES, INCLUSIVE EMPILHAMENTO LATERAL DENTRO DO CANTEIRO DE SERVIÇO	M3	206,48	2526,78 x 0,045M ESP. + 3711,28M DE MEIO FIO X 0,025M DE SEÇÃO = 113,70 + 92,78 = 206,48M³
03.03	EMOP	04.011.0051-1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA, COM PA-CARREGADERA, COM 1,30M3 DE CAPACIDADE, UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE A CILINDRO, COM CAPACIDADE UTIL DE 8T, CONSIDERADOS PARA O CAMINHÃO OS TEMPOS DE ESPERA, MANOBRA, CARGA E DESCARGA E PARA A CARREGADERA OS TEMPOS DE	T	474,80	206,48M3 (CALÇADA + MEIO FIO) X 2,30 T/M3 = 474,80 T
03.04	SINAPI	95877	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dist até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	1.032,40	206,48M3 (CALÇADA + MEIO FIO) = 206,48 M3 X 5,00 KM = 1032,40M3 X KM
03.05	SINAPI	94271	Guia (meio-fio) e sarjeta conjuntas de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora, 65 cm base (15 cm base da guia + 50 cm base da sarjeta) x 30 cm altura, af. 06/2016	M	7.758,07	de acordo com Projeto
03.06	EMOP	08.020.0010-0	PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE LAJOTAS DE CONCRETO, PRÉ-FABRICADAS, COM 15CM DE ESPESURA DE 8CM, RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO DE 35MPA, CONFORME ABNT NBR 15853, EXCLUSIVE O PREPARO DO SUBLEITO E BASE	M2	22.615,67	de acordo com Projeto
03.07	SINAPI	96396	Execução e compactação de base e ou sub-base para pavimentação de brita graduada simples - exclusive carga e transporte, af. 11/2019	M3	1.583,10	ÁREA DE ACORDO COM O PROJETO X 0,07M PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO
03.08	EMOP	04.011.0051-1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA, COM PA-CARREGADERA, COM 1,30M3 DE CAPACIDADE, UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE A CILINDRO, COM CAPACIDADE UTIL DE 8T, CONSIDERADOS PARA O CAMINHÃO OS TEMPOS DE ESPERA, MANOBRA, CARGA E DESCARGA E PARA A CARREGADERA OS TEMPOS DE	T	2.849,57	1583,10M² X 1,8
03.09	SINAPI	95877	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dist até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	89.954,85	VOLUME DA BASE X 50KM + VOLUME DE TERRA X 10KM
03.10	EMOP	03.010.0016-0	ATERRO COM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, ESPALHADO POR TRATOR COM POTÊNCIA EM TORNO DE 140CV COM LAMINA, EM CAMADAS DE 20CM DE MATERIAL ADENSADO, REGADO POR CAMINHÃO TANQUE E COMPACTADO A 90% COM ROLLO PE DE CARNEIRO CONVENCIONAL DE 2100S/CILINDROS, REBOCADO	M3	1.082,00	ATERRO REGULARIZAÇÃO TERRENO EST 42 ATÉ 46
03.11	EMOP	09.001.0020-0	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS TIPO ESMERALDA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DA GRAMA E TRANSPORTE, EXCLUSIVE PREPARO DO TERRENO E O MATERIAL PARA ESTE	M2	8.795,62	de acordo com Projeto

JOSE WALDIR DE CARVALHO
Engenheiro - CREA: 196108250
Rubrica: 24373
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

 PREFEITURA RESENDE		Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos				
Obra: Pavimentação em Intertravados de Concreto Endereço: Estr. Joaquim Criminal da Silveira Município/UF: Resende/RJ						
PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Item 04 - Drenagem						
04.01	EMOP	06.015.0030-0	CAIXA DE RALO ALVENARIA BLOCOS CONCRETO (20X20X40CM), PARÊDES DE 0,20M DE ESP., (0,30X0,30X0,30)M, PIAQUIS PLUVIAIS SENDO PARÊDES CHAPISCADAS E REVESTIDAS INTERNAMENTE C/ARGAMASSA, ENCIMENTO BLOCOS E BASE EM CONCRETO SIMPLES FCK=10MPA E GRELHA DE FERR.	UN	40,00	de acordo com projeto
04.02	EMOP	23.087.0074-0	BOCA PARA BUENOS SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 0,80M EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUSIVE FORMA, ESCAVACAO, REATERRO E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, EXCLUSIVE ESCAVACAO DE MATERIAL DE REATERRO NA JAZIDA E SEU TRANSPORTE AO CANTIEIRO	UN	40,00	de acordo com projeto
04.03	EMOP	03.016.0015-1	ESCAVACAO MECANICA DE VALA NA ESCORADA, EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, UTILIZANDO RETRO-ESCAVADOR A EXCLUSIVE ESGOTAMENTO	M3	600,00	400x1,5= 600
04.04	EMOP	06.004.0096-0	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2, CONFORME ABNT NBR 6920, PARA GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 600MM, LATERRO E SOCA ATÉ A ALTURA DE GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO, CONSIDERANDO O MATERIAL DA PRÓPRIA ESCAVACAO INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL	M	400,00	Área de Acerto com o Projeto
04.05	EMOP	03.036.0210-0	ESCAVACAO EM LEITO DE RIO OU CANAL (DRAGAGEM) DE MATERIAL MOLE, ATÉ 4,50M DE PROFUNDIDADE, MEDIDA A PARTIR DO PLANO DE ESTACIONAMENTO DA MÁQUINA, UTILIZANDO ESCAVADORA SOBRE ESTEIRAS, VERSAO CLAM-SHELL, COM CACAMBA DE 0,57M3 (3/4 E3)	M3	158,40	$(0,50 \times 4,00 \times 12) + (1,00 \times 4,60 \times 12) = 158,40M^3$
04.06	EMOP	04.011.0051-1	CARGA E DESCARGA MECANICA, COM PA-CARREGADORA, COM 1,30M3 DE CAPACIDADE UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE A ÓLEO DIESEL, COM CAPACIDADE UTIL DE 8T, CONSIDERADOS PARA O CAMINHÃO OS TEMPOS DE ESPERA, MANOBRA, CARGA E DESCARGA E PARA A CARREGADORA OS TEMPOS DE	T	285,12	158,40 X 1,8
04.07	SINAPI	95877	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, até até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	792,00	158,40 X 5KM
04.08	SINAPI	96620	Leito de concreto magro, aplicado em pisos, lajes sobre solo ou radier, af. 08/2017	M3	9,60	$0,10 \times 4,00 \times 12 \times 12 = 9,60M^3$
04.09	COMP	001	Galeria pré-fabricada em concreto armado, B1-Paralisa com 1 ecaço em "u", medido pela área do perímetro interno da caixa (3,00 x 4,00 (2xh)) vezes o comprimento do canal, fornecimento e assentamento	M	20,50	20 M
04.10	EMOP	08.001.0008-0	BASE DE BRITA CORRIDA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DOS MATERIAIS MEDIDA APÓS A COMPACTACAO	M3	175,00	$((8,00 + 4,00)/2 \times 4,80 - 3,60 \times 4,50) \times 20$
04.11	SINAPI	95877	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, até até 30 km (unidade: m³/km), af. 07/2020	M3XKM	15.750,00	$175,00 \times 1,80 \times 50KM$

José Waldemar Carriano
 Engº Civil - CREA: 1984/06250
 Matrícula: 24576
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

ANEXO XIV
CERTIDÃO AMBIENTAL



**Agência do Meio Ambiente
do Município de Resende**



CERTIDÃO AMBIENTAL Nº 039/2023

FOLHA Nº	VISTO
PROCESSO Nº	

O Presidente da Agência do Meio Ambiente do Município de Resende - AMAR, no uso das suas competências de que trata o artigo 4º, item 11 da Lei Municipal nº 2.524, de 05/09/2005, modificada e consolidada pela Lei nº 2.539, de 29/12/2005, Resolução nº 237/97 do CONAMA, Lei Complementar nº 140/2011, Resolução nº 92/2021 do CONEMA, Lei Municipal nº 3271/2016 e de acordo com o que consta no processo PMR nº 914/2023;

Certifica a inexistência de Licença Ambiental para a atividade de pavimentação da Estrada Joaquim Criminal da Silveira, localizada na Seminha do Alambari - Resende - RJ, com coordenadas UTM: 23 K 7522162.00 mS latitude e 550976.00mE longitude até UTM: 23 K 7523597.00 mS latitude 547610.00 mE longitude, sob a responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.178.233/0001-60, localizada na Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251 - bairro Jardim Jalisco - Resende - RJ e mediante o cumprimento das seguintes condicionantes:

1. Esta Certidão diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
2. Esta Certidão deverá ser mantida em local visível dentro do empreendimento e não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
3. A concessão deste instrumento ambiental será publicada no Boletim Oficial do Município de Resende, em procedimento próprio da AMAR;
4. Esta Certidão não contempla a dominialidade da área do empreendimento, conforme determina o artigo 33 do Decreto Estadual nº 46.890/2019;
5. Atender ao Plano Diretor do Município de Resende;
6. Atender à Lei nº 1.031, de 08 de junho de 1977 - Código de Posturas do Município de Resende;
7. Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
8. Atender às medidas do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro;

AVENIDA RITA FERREIRA DA ROCHA S/Nº - JARDIM JALISCO - PARQUE DAS ÁGUAS - RESENDE - RJ - CEP: 27.510-060 - Tel.: 3354-7792 ou 3354-8663

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

SUMILC
FOLHA Nº
PROCESSO Nº
17.961/2023
VISTO



**Agência do Meio Ambiente
do Município de Resende**



CA nº 039/2023
Fls 02

9. Não lançar quaisquer resíduos ou efluentes não tratados na rede de drenagem ou nos corpos d'água;
10. É de responsabilidade do requerente qualquer dano ambiental que venha ocorrer com a operação da atividade;
11. Não realizar a supressão de vegetação sem prévia autorização do órgão ambiental competente;
12. Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
13. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), bem como evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito "Aedes aegypti", transmissor da dengue, febre amarela, zika e Chikungunya;
14. Acondicionar os resíduos sólidos urbanos em recipientes com tampa até o seu recolhimento por empresa licenciada por órgão ambiental;
15. Manter atualizados, junto a AMAR, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
16. Submeter previamente a AMAR, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;
17. A AMAR exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário;
18. O responsável pelo empreendimento deverá se submeter a permanente fiscalização da AMAR e responderá por qualquer descumprimento das condicionantes constantes nesta certidão;
19. A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade exclusiva dos representantes legais do processo e, caso não correspondam à realidade das atividades ali desenvolvidas, acarretará a anulação da Certidão Ambiental, sujeitando os responsáveis às sanções legais cabíveis.

Condicionantes Específicas:

1. Não é autorizada canalização de cursos hídricos;

AVENIDA RITA FERRERA DA ROCHA S/Nº - JARDIM JALISCO - PARQUE DAS ÁGUAS - RESENDE - RJ - CEP: 27.510-090 - Tel.: 3354-7792 ou 3354-8663

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com



Agência do Meio Ambiente
do Município de Resende



PROCESSO Nº	VISTO
17.961/2023	
CA nº 039/2023	
Fls 03	

2. Atender à Lei nº 1845/1994, que dispõe sobre o Plano Diretor para o Ecodesenvolvimento da Área de Proteção Ambiental da Seminha do Alambari (APASA);
3. Realizar o correto gerenciamento dos resíduos de construção civil e manter a comprovação da destinação final adequada dos resíduos à disposição da fiscalização, conforme Resolução CONAMA Nº 307/2002 de Resíduos da Construção Civil;
4. Não utilizar Área de Preservação Permanente para depósitos de materiais, rejeitos, equipamentos ou quaisquer outras atividades, conforme Lei Nº 12.651 de 25 de maio de 2012;
5. Utilizar caçambas de empresas licenciadas ambientalmente;
6. Destinar todos os materiais residuais gerados da atividade a local ambientalmente licenciado, bem como realizar o correto gerenciamento dos efluentes e resíduos sanitários eventualmente gerados pelos funcionários, sempre destinando a local ambientalmente licenciado;
7. Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera e de reduzir o nível de ruídos provenientes da execução das obras e do fluxo de veículos;
8. Adotar medidas de controle para evitar o carreamento e o transbordamento de material para as vias públicas;
9. Utilizar material de empréstimo somente de jazidas licenciadas, informando à AMAR a origem e a quantidade adquirida;
10. Implantar canteiro de obras em área desprovida de vegetação e dotá-lo de infraestrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo;
11. Atender às normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante as obras;
12. Implantar dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, durante a realização das obras, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes.

Esta certidão não substitui eventuais licenças, autorizações necessárias, que possam vir a ser requeridas por outros órgãos na esfera Municipal, Estadual e Federal.

AVENIDA RITA FERREIRA DA ROCHA S/Nº - JARDIM JALISCO - PARQUE DAS ÁGUAS - RESENDE - RJ - CEP: 27.510-060 - Tel.: 3354-7792 ou 3354-8463

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com

SUMILC
FOLHA Nº
PROCESSO Nº
17.961/2023
VISTO



PREFEITURA
RESENDE

Agência do Meio Ambiente
do Município de Resende



CA nº 039/2023
Fls 04

O não cumprimento das condicionantes relacionadas acima, pelo empreendimento, acarretará em aplicação de sanções administrativas.

Resende, 29 de maio de 2023.



Wilson Oliveira Ribeiro de Moura
Presidente

A AMAR

Data lançamento no sistema Pet4
Cloud da solicitação.

Após, refotue.

Em 31/05/23


Eduardo da Silva Pinto
P. M. R.
Matricula 25.380

AVENIDA RITA FERREIRA DA ROCHA S/Nº - JARDIM JALISCO - PARQUE DAS ÁGUAS - RESENDE - RJ - CEP: 27.510-060 - Tel.: 3354-7792 ou 3354-8663

Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
E-mail: editais.resende@gmail.com



ausência de critério objetivo no julgamento da proposta técnica



SEÇÕES

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 75174/23

Data de Início: 24/02/23

Rubrica: Fls: 87

Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica em Todos os documentos

Mais de 10.000 resultados

Jurisprudência que cita **Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica**

TCE-MG - DENÚNCIA: DEN 896376

Jurisprudência • Data de publicação: 30/09/2016

DENÚNCIA. EDITAL. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE. IRREGULARIDADES. OBJETO DESCRITO DE FORMA GENÉRICA. **AUSÊNCIA** DO PLANO ANUAL DE COMUNICAÇÃO. MODELO DE BRIEFING INADEQUADO. **AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO NO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA**. VALORAÇÃO EXCESSIVA DA **PROPOSTA TÉCNICA**. ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. RECOMENDAÇÃO AO GESTOR.

TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos - Reexame Necessário: REEX 2632820178160127 PR 0000263-28.2017.8.16.0127 (Acórdão)

Jurisprudência • Acórdão • Data de publicação: 28/09/2018

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA Autos nº. 0000263-28.2017.8.16.0127 Recurso: 0000263-28.2017.8.16.0127 Classe Processual: Remessa Necessária Assunto Principal: Recursos Administrativos Autor (s): A. G. Rossato Distribuidora - ME Réu (s): Município de São Carlos do Ivaí/PR REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2017. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS PELA LICITANTE. MEMORIAL DESCRITIVO ELABORADO DE FORMA GENÉRICA, APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA SUBJETIVA E **AUSÊNCIA** DA DEVIDA MOTIVAÇÃO DA DECISÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO **JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS**. ARTS. 44, § 1.º E 45 DA LEI FEDERAL N.º 8.666 /1993. RECURSO ADMINISTRATIVO. **AUSÊNCIA** DE DECISÃO FORMAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ORDEM CONCEDIDA PARA DECLARAR A NULIDADE PARCIAL DO CERTAME. SENTENÇA CONFIRMADA. relatados e discutidos estes autos de VISTOS, REEXAME NECESSÁRIO, do Juízo Único da Comarca de Paraíso do Norte, em que N.º 0000263-28.2017.8.16.0127 figura como, remetente JUÍZO DE DIREITO A.G. ROSSATO - DISTRIBUIDORA -impetrante e e ME PREFEITO MUNICIPALimpetrados PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ. I - RELATÓRIO A.G. Rossato - Distribuidora - ME, adiante identificada como "impetrante" impetrou mandado de segurança em face do Prefeito Municipal e do Pregoeiro Oficial do, Município de São Carlos do Ivaí, adiante identificados como "impetrados". Disse que

participou do pregão presencial n.º 004/2017, promovido pelo Município de São Carlos para fornecimento de 131 itens de gêneros alimentícios, no valor total de R\$ 637.894,40; que, apesar de ter apresentado **proposta** para 55 itens, foi classificado em apenas 18; que, em relação aos itens não classificados, as amostras dos produtos foram reprovadas; que essa decisão, entretanto, não restou devidamente motivada; que interpôs recurso administrativo e, em resposta, a Administração Municipal apresentou apenas um mero parecer jurídico (mov. 1.1, p. 05), sem caráter decisório; que, por tudo isso, houve violação aos princípios do **julgamento objetivo das propostas**, da vinculação ao edital, da motivação das decisões e do devido processo legal. Requereu, em sede liminar, a determinação de nova análise de suas amostras, com observância aos itens 29.8 a 30.3 do edital convocatório, bem como a vedação da aquisição das respectivas mercadorias ou realização de novo certame. No mérito, pediu a declaração de classificação de suas amostras (mov. 1.1). A liminar foi concedida, em parte, para o fim de suspender o referido procedimento licitatório, bem como para vedar a abertura de novo certame até o final **julgamento** desta ação (mov. 18.1). Os impetrados prestaram informações, afirmando que as amostras reprovadas foram objeto de análise sensorial, não atendendo às características qualitativas adequadas (mov. 39.1). Pela sentença reexaminanda, da lavra do Juiz de Direito Gustavo Adolpho Periotto, a segurança foi concedida para, confirmando-se a liminar antes deferida, "anular o pregão licitatório n.º 04/2017 no que tange aos itens impugnados pela impetrante ante a desclassificação, sem prejuízo das contratações já consolidadas por ocasião da autorização de bem como determinar a realização de novo pregão, oportunizando-se a amplaseq. 47.1", participação de eventuais interessados (mov. 70.1). A Procuradoria-Geral de Justiça opinou no sentido de ser confirmada a sentença reexaminanda (mov. 9.1-TJ). É o relatório. II – VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO A sentença reexaminanda possui os seguintes fundamentos: "Da análise dos autos constata-se que o feito se encontra pronto para **julgamento**, inexistindo qualquer nulidade a ser sanada ou corrigida. Dispõe o art. 5.º, LXIX, da CF – 'conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por 'habeas corpus' ou 'habeas-data', quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público'. Conforme se infere, o mandado de segurança protege o direito líquido e certo (resultante de fato certo, comprovado de plano) do interessado que sofreu ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade coatora. Pois bem! As informações trazidas pela autoridade coatora não são suficientes para descaracterizar a violação a direito líquido e certo da impetrante. Os fundamentos utilizados para o deferimento da liminar permanecem íntegros. Neste aspecto, com arrimo nas informações prestadas, sobressai ainda mais evidente a violação ao devido processo legal, à ampla defesa e as regras instituídas pelo próprio edital. Como apontado, houve flagrante violação de princípios instituídos pela Lei n.º 8.666/1993, merecendo especial destaque a violação aos princípios da vinculação do instrumento convocatório e do **julgamento objetivo**. Isto porque a afronta aos citados princípios pode ser apontada tanto na inobservância às regras estabelecidas no edital no que toca a reprovação dos produtos, quanto no injustificado desvio procedimental relativo ao recebimento do recurso apresentado pela parte impetrante. Conforme se vê, o edital de classificação está permeado de informações obscuras, imprecisas, genéricas, que por sua subjetividade desrespeita diametralmente a obrigatoriedade de atendimento à **critérios objetivos** que devem estar definidos no edital e que cuja observância por ocasião do **julgamento das propostas** é imperiosa. Destaca-se que as informações obscuras e genéricas dizem respeito aos itens que foram desclassificados. Evidentemente, aqueles itens em que houve a aprovação, não há interesse privado ou público na anulação do certame. Fere de morte dispositivos da lei de regência dos processos licitatórios, em especial: 'Art. 44. No **julgamento das propostas**, a Comissão levará em consideração os **critérios objetivos** definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei. § 1.º É vedada a

utilização de o qualquer elemento, **critério** ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

45. O **julgamento** das **propostas** será **objetivo**, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os **critérios** previamente estabelecidos **no** ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. Ora, se não há **critério objetivo** a ser seguido por ocasião do **julgamento** das **propostas**, ficando assim explícito o subjetivismo do **julgamento**, não pode o mesmo se convalidar a ponto de ser reputado válido por inobservância da estrita legalidade que lhe é imposta. **No** que concerne à lisura do **julgamento** cuja caracterização demanda do atendimento de **critérios objetivos** bem definidos **no** edital, anote-se o escólio de Hely Lopes Meirelles: '**Julgamento objetivo** é o que se baseia **no critério** indicado **no** edital e **nos** termos específicos das **propostas**. É princípio de toda licitação que seu **julgamento** se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido **no** edital ou convite. Visa afastar o discricionarismo na escolha das **propostas**, obrigando os julgadores a aterem-se ao **critério** prefixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer **julgamento** (arts. 44 e 45)' .[1] Como constatado, o certame em voga é marcado justamente pela contrariedade do procedimento adotado em contraponto aos requisitos básico de validade, ou seja, é marcado justamente pela subjetividade que se busca repelir pelo estrito cumprimento da lei e dos princípios aplicáveis à espécie. A desclassificação dos produtos apresentados pelo impetrante foi feita mediante o emprego de conceitos vagos e genéricos, que não justificam tampouco expõem a verdadeira motivação que deu ensejo à reprovação. Neste aspecto, os próprios impetrados confirmam as irregularidades constatadas, com a justificativa apresentada de que as reprovações decorreram do emprego de análise sensorial promovida por servidor público com lastro em características qualitativas que não foram observadas, porém, foi incapaz de enunciar objetivamente quais características seriam estas, além de que, ainda que eventualmente apontadas, não encontram confirmação **no** edital. Portanto, firma-se como premissa a inobservância da lei e dos princípios de regência imperiosas à validação do certame, razão pela qual impõe-se sua anulação. Em decorrência da anulação que atingiu justamente os produtos que foram desclassificados, não é possível cogitar-se de qualquer aproveitamento do ato, sendo necessária a realização de nova licitação. Deste modo, o caso recomenda a concessão definitiva da segurança" (mov. 70.1). A decisão deve ser confirmada. Como se observa da documentação acostada à exordial (movs. 1.4 a 1.6) e das informações prestadas pelos impetrados (movs. 39.2 a 39.7), a reprovação das amostras se deu com base em **critérios** que não atenderam às disposições legais acima colacionadas. **No** Memorial Descritivo (Anexo I do edital convocatório, mov. 1.4, pp. 27/36) foram descritas características genéricas para os produtos alimentícios licitados. Por exemplo, **no** item 28 "Amido de Milho", o produto foi descrito da seguinte forma: "Produto de boa qualidade, em embalagem de caixa de papelão fino, acondicionado internamente em saco de papel impermeável ou saco de polietileno atóxico, E **no** item 43 "Canjica de Milho", a seguinte descrição: resistente, termossoldado". "amarela, tipo 1, embalada em pacote plástico transparente resistente de 500g. Rótulo com prazo de validade/lote bem visível e informação nutricional". Além disso, a reprovação das amostras se deu também de forma genérica, além de subjetiva e incongruente com as especificações previstas **no** edital. **No** edital de classificação (mov. 1.5), para todas as respostas de desaprovação das amostras, constou apenas o seguinte: "AMOSTRA APRESENTADA EM A par disso, **no** Memorando n.º DESCONFORMIDADE E EXIGÊNCIA COM EDITAL". 001/2017, o qual contém a "Análise **Técnica** das Amostras Apresentadas", foram apresentadas justificativas subjetivas, sem suporte em **critérios** técnicos previamente determinado **no** edital convocatório (mov. 1.5). **No** item 28 "Amido de

Milho" da marca D'Mille restou reprovado porque "Não se enquadra nos padrões tem que usar muito para chegar ao produto final, (pp. 01/02). Outro exemplo, o item mudando o aspecto da preparação e seu paladar" "Canjica Amarela" marca D'Mille, cuja resposta foi "Canjica de aspecto duro, assim não sendo (p. 03).viável pela sua demora de preparação" Logo, correta a sentença reexaminanda no sentido de que "o edital de classificação está permeado de informações obscuras, imprecisas, genéricas, que, por sua subjetividade, desrespeitam diametralmente a obrigatoriedade de atendimento a **critérios objetivos** que devem estar definidos no edital e cuja observância por ocasião do **julgamento das propostas** é imperiosa. Destaca-se que as informações obscuras e genéricas dizem respeito aos itens que foram desclassificados. Evidentemente, aqueles itens em que houve a aprovação, não há interesse privado ou público na anulação do certame". Ademais, os próprios impetrados confirmaram as irregularidades constatadas no certame, justificando que as reprovações ocorreram após análise sensorial promovida por servidor público com lastro em características qualitativas, as quais sequer constam do edital convocatório. Segundo Rafael Carvalho, "O **julgamento das propostas** apresentadas pelos licitantes deve ser pautado por **critérios objetivos** elencados na legislação. A adoção de **critérios** subjetivos para o **julgamento das propostas** é contrária ao princípio da isonomia. De lado outros **critérios** previstos em legislação específica, o art. 45 da Lei 8.666 /1993, após afirmar que 'o **julgamento das propostas** será **objetivo**', apresenta os seguintes **critérios de julgamento**: (i) menor preço; (ii) melhor **técnica**; (iii) **técnica** e preço; e (iv) maior lance ou oferta" (. 3.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 24).Licitações e Contratos Administrativos A corroborar, o seguinte julgado desta Câmara: "DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DE FORMA DIFERENTE DO PREVISTO NO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. a) A licitação é um procedimento formal, regulamentado por normas de caráter **objetivo** resguardada pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, às quais o administrador está adstrito, sob 2) APELO A QUE SE NEGApena de nulidade do procedimento licitatório. (...) PROVIMENTO" (ApCível n.º 1.276.644-2, Rel. Des. Leonel Cunha, j. em 25.11.2014, destacou-se). Por fim, também evidente a irregularidade no procedimento licitatório pela **ausência** de decisão ao recurso administrativo interposto pela impetrante, emitindo-se somente mov. 1.1, p. 05o parecer jurídico de , o qual, evidentemente, não possui caráter decisório, havendo violação ao princípio do devido processo legal. Nessas condições, impõe-se confirmar a sentença em sede de reexame necessário. É como voto. III – DISPOSITIVO ACORDAM os magistrados integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em confirmar a sentença em sede de reexame necessário. Acompanham o voto do Relator os Desembargadores Nilson Mizuta e Carlos Mansur Arida. Presidiu o **julgamento** Nilson Mizuta, com voto. Curitiba, 25.09.2018. Des. Xisto Pereira – Relator. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32ª edição. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 275.[1] (TJPR - 5ª C.Cível - 0000263-28.2017.8.16.0127 - Paraíso do Norte - Rel.: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira - J. 25.09.2018)

MOSTRAR MENOS ^

STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 1840113 CE 2019/0287783-0

Jurisprudência • Acórdão • Data de publicação: 23/10/2020

Recurso Repetitivo

Decisão de mérito

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. ARTS. 40, INC. X, E 48, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 8.666 /1993. CLÁUSULA EDITALÍCIA EM

LICITAÇÃO/PREGÃO. FIXAÇÃO DE PERCENTUAL MÍNIMO REFERENTE À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. INTUITO DE OBSTAR EVENTUAIS **PROPOSTAS**, EM TESE, INEXEQUÍVEIS. DESCABIMENTO. BUSCA DA **PROPOSTA** MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO **NO** TCU. EXISTÊNCIA DE OUTRAS GARANTIAS CONTRA AS **PROPOSTAS** INEXEQUÍVEIS NA LEGISLAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEQUINTE DO CPC, C/C O ART. 256-N E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ. 1. O objeto da presente demanda é definir se o ente público pode estipular cláusula editalícia em licitação/pregão prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, como forma de resguardar-se de eventuais **propostas**, em tese, inexequíveis. 2. Não merece acolhida a preliminar de não conhecimento. A inexequibilidade ...

MOstrar MAIS ▾

MAIS JURISPRUDÊNCIA (+9.997) >

Peças Processuais que citam Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica

Petição - Ação Edital de Revita Engenharia

Peça Processual • juntada ao processo 1000693-41.2019.8.26.0053 em 12/02/2022 • TJSP • Foro • Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes da Comarca de São Paulo, SP

objetivo para o **julgamento** do certame**técnicas** no Projeto Básico do edital, de quantitativos mínimos de mão de obra e de equipamentos a serem utilizados em cada lote, fazendo com que cada licitante tenha adotado em sua **proposta** o que bem...Não se tratou de **critério objetivo** como determina a lei de certames. 2.

◆ Edital • Licitações • Direito Administrativo E Outras Matérias De Direito Público

Documentos diversos - TJSP - Ação Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - Mandado de Segurança Cível

Peça Processual • juntada ao processo 1000920-72.2020.8.26.0028 em 01/06/2020 • TJSP • Comarca • Foro de Aparecida, SP

O **julgamento** das **PROPOSTAS TÉCNICAS** dar-se-á por **critérios objetivos**, conforme consta no ANEXO V - Informações Gerais Elaboração da **PROPOSTA TÉCNICA**, mediante atribuição de nota, denominada "Nota Técnica...No iulgamento das **propostas**, a Comissão levará em consideração os **critérios objetivos** definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios stabelecidos ala Leide Licitações...**Julgamento** das **propostas** será **objetivo**, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação: os **critérios** previamente exclusivamente nele

◆ Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação • Licitações • Direito Admin...

Petição - TJSP - Ação Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - Mandado de Segurança Cível - contra Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista

Peça Processual • juntada ao processo 1000232-13.2020.8.26.0319 em 14/02/2020 • TJSP •

No particular, a impetrante insurge-se contra o resultado do **julgamento** das **propostas técnicas** apresentadas, efetuado pela Subcomissão **Técnica**....Isto é, tratando-se de serviço predominantemente intelectual, em se deparando a Subcomissão **Técnica** com defeito inerente ao descumprimento do **critério objetivo** de **julgamento** das **propostas técnicas**, seja...Restou demonstrado, pelos próprios fundamentos do **julgamento** efetuado pela Subcomissão **Técnica** (tanto no **julgamento** original das **propostas técnicas**, quanto no **julgamento** do recurso administrativo), os

◆ Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação • Licitações • Direito Admin...

MAIS PEÇAS PROCESSUAIS (+9.997) >

Diários Oficiais que citam Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica

DOM-CANOAS 02/08/2022 - Pág. 8 - COMPLEMENTAR_5 - Diário Oficial do Município de Canoas

Diários Oficiais • 01/08/2022 • Diário Oficial do Município de Canoas

, com **critérios** de habilitação, com rol de documentos previstos na legislação, bem como o **critério** de **julgamento** e classificação que levam em consideração avaliação **técnica** e financeira. 2.5 DA **AUSÊNCIA...DE CRITÉRIO OBJETIVO** DE AFERIÇÃO DE CAPACIDADE **TÉCNICA**....Resposta contida no item 2.5 DA **AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO** DE AFERIÇÃO DE CAPACIDADE **TÉCNICA**.

DOM-SC 12/01/2021 - Pág. 703 - Regular - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Diários Oficiais • 11/01/2021 • Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

. (...)” Portanto, não há o que se falar de **ausência** de definição de **critério objetivo** para **julgamento**....Sustenta-se a alegação da Recorrente de que o edital não definiu o **critério objetivo** para **julgamento** dos itens parcialmente atendidos, ou seja, não indica expressamente que apenas o atendimento total/integral...impedem o **julgamento objetivo**, motivo pelo qual deve prevalecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório com o consequente **julgamento objetivo** das **propostas**.

DJBA 06/08/2019 - Pág. 179 - Caderno 2 - Entrância Final - Capital - Diário de Justiça do Estado da Bahia

Diários Oficiais • 05/08/2019 • Diário de Justiça do Estado da Bahia

VALORAÇÃO EXCESSIVA DA **PROPOSTA TÉCNICA**. **AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO NO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA**. **AUSÊNCIA DE REAVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO NA HIPÓTESE PREVISTA NA LEI Nº 12.332 , DE 2010....de subjetividade, por ocasião do julgamento das propostas técnicas**. 6...GILBERTO DINIZ, Data de **Julgamento**: 26/10/2017, Data de Publicação: 13/11/2017)(grifo nosso) Como visto, o instrumento convocatório deverá apresentar os **critérios** de **julgamento** das **propostas técnicas**,

Modelos que citam Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica

Recurso Administrativo - Licitação - Concorrência

Modelos • 05/05/2020 • Ariel Negrão

Apresenta total afinidade com o Princípio da Impessoalidade, por meio do qual não há espaço para preferências subjetivas, devendo todas as decisões serem pautadas em **critérios objetivos**....INABILITAÇÃO POR FALTA DO PREENCHIMENTO DE **CRITÉRIO OBJETIVO**. DECISÃO MOTIVADA....pela Comissão Permanente de Licitação se deu de forma motivada, em razão do não atendimento de **critério objetivo** estabelecido **no** edital, o que possível a exclusão da Impetrante do certame licitatório.

Contestação Trabalhista

Modelos • 03/05/2022 • Gabriela Dantas

Porém, a estabilidade da gestante prevista constitucionalmente tem por **objetivo** proteger o emprego da mulher gestante e não garantir um acréscimo pecuniário à empregada....**AUSÊNCIA** DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRECLUSÃO. EXAME DA TRANSCENDÊNCIA PREJUDICADO....O fato de o STF, **no julgamento** do ARE 909.437 RG/RJ, haver dispensado a devolução de valores eventualmente recebidos pelos servidores públicos até certa data não altera a circunstância de que os autores

Contestação trabalhista de colaborador de negociação de consorcio

Modelos • 13/02/2020 • Pedro Bomfim

A falta de **técnica** e clareza na peça exordial é assustadora. Absolutamente eivada de inconteste inépcia a presente **peça** proemial **nos** termos abaixo articulados....A Lei 13.467 /17 que instituiu a Reforma Trabalhista, ao alterar o Art. 790, trouxe **critérios** mais **objetivos** à concessão da Gratuidade de Justiça: § 3o É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes...**MÉRITO DA CONTESTAÇÃO** A Reclamada impugna todos os fatos articulados na inicial, esperando a **IMPROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO PROPOSTA**, pelos seguintes motivos: DA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E **AUSÊNCIA** DE VÍNCULO

Artigos que citam Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica

Aspectos gerais sobre o procedimento de licitação: conceito, competência, princípios setoriais e **critérios** de **julgamento**

De maneira prática este princípio pode ser mais amplamente visualizado **no** tocante ao **critério** de **julgamento objetivo** das **propostas**....Já ao referir-se a tipos de licitação, fala-se dos **critérios** possíveis de **julgamento objetivo**....Apesar de ser de aferição mais trabalhosa, não deixa de ser um **critério objetivo**.

Reconhecimento de modulação de interpretação no caso de indenização de seguro de vida quando houver suicídio

Segunda Seção consolidou seu entendimento para preconizar que "o legislador estabeleceu **critério objetivo** para regular a matéria, tornando irrelevante a discussão a respeito da premeditação e que, assim...Percebe-se, portanto, que o art. 798 do CC/2002 adotou **critério objetivo** temporal para determinar a cobertura relativa ao suicídio do segurado, afastando o **critério** subjetivo da premeditação....Já em consonância com o novel Código Civil, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou seu entendimento para preconizar que "o legislador estabeleceu **critério objetivo** para regular a

Rogério Tadeu Romano • 21/03/2022

Técnica de julgamento nas hipóteses de divergência nos Tribunais – Art. 942 CPC

Rápida incursão **nos** principais **critérios** de interpretação das normas....Em substituição a este demorado recurso de embargos infringentes e acolhendo **propostas** do meio acadêmico e profissional, eis que o legislador trouxe um procedimento (ou uma **técnica de julgamento**)....O STJ já se pronunciou **no** sentido de que " a **técnica** de ampliação do **julgamento** prevista **no** CPC/2015 possui **objetivo** semelhante ao que possuíam os embargos infringentes do CPC/1973, que não mais subsistem

Luiz Fernando Valladão Nogueira • 16/04/2020

MAIS ARTIGOS (+1.677) >

Notícias que citam Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica

Tribunal de Contas do Distrito Federal suspende licitação de empresa estatal que visava à contratação de agência de propaganda

mais suscetíveis a direcionamentos e favorecimentos indevidos, sobretudo em razão da natureza do **julgamento** das **propostas técnicas**....Como visto, a reavaliação da pontuação fica a cargo de uma subcomissão **técnica**, prevista **no** § 1º do artigo 10 da Lei, e deve ser realizada em conformidade com os **critérios objetivos** estabelecidos **no** edital...Os invólucros com as **propostas técnicas** e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados **no** instrumento convocatório. [...] § 4º O processamento e o **julgamento**

Schiefner Advocacia • 29/06/2020

TCU multa ex-gestor por irregularidades em obras de drenagem de rios em Salvador

A terceira irregularidade que fundamentou a aplicação de multa foi a **ausência de critérios objetivos** para o **julgamento de proposta técnica**, com consequente subjetividade nas pontuações atribuídas **no julgamento**... "A **ausência de critérios objetivos** para o **julgamento de proposta técnica** é falha grave, que afronta o princípio do **julgamento objetivo** das **propostas**, com reflexos também no princípio da isonomia", asseverou... A Caixa Econômica Federal e o Conder foram ainda informados das irregularidades, com medidas **propostas** para que as falhas não se repitam **no futuro**.

Tribunal de Contas da União • 24/07/2017

TCE/SC dá prazo para **Deinfra** se manifestar sobre restrições no edital de pontes na Capital

para não adotar o menor preço como **critério de julgamento**.... Saiba mais: restrições apontadas no Edital nº 008/2018 1. Utilização do Tipo Licitatório "**Técnica** e Preço; 2. Exigência restritiva e desarrazoada de qualificação **técnica**; 3.... **Ausência de critérios** para **julgamento** com disposições de parâmetros **objetivos**, em prejuízo ao princípio da isonomia entre os licitantes; 4.

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina • 02/03/2018

MAIS NOTÍCIAS (+224) >

Doutrina que cita **Ausência de Critério Objetivo no Julgamento da Proposta Técnica**

Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil - Teoria Geral do Processo I
2021 • Editora Revista dos Tribunais

Teresa Arruda Alvim, Fredie Didier Jr, Guilherme Ferreira Rossetto e Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Encontrados nesta obra:

52. Controle Judicial da Arbitragem: Competência para Julgar Ação Anulatória de Sentença Arbitral

O **critério objetivo**, segundo Fredie Didier Jr., leva em conta as partes, a causa de pedir e o pedido.... Entendido o **critério objetivo** e seus respectivos subcritérios, é necessário esclarecer, ainda, os **critérios** funcional e territorial.... O **critério** funcional leva em conta as funções desempenhadas pelo juiz no

O Giro da Racião Brasileiro e Um

Dessa forma, p
dispositivo com
por exemplo: i)
procedimentos
direito **objetivo**

Temas Atuais de Direito dos Seguros

2021 • Editora Revista dos Tribunais

Ilan Goldberg, Thiago Junqueira e Paulo Maximilian

Encontrados nesta obra:

30. A (Ainda) Não Pacificada Questão da Cobertura do Suicídio?

Como se percebe na análise efetuada pela doutrina especializada, o legislador optou por um **critério objetivo**, nos mesmos moldes do que fora sugerido **nos** anos 1960 no anteprojeto elaborado pelo Prof....O art. 798 adotou **critério objetivo** temporal para determinar a cobertura relativa ao suicídio do segurado, afastando o **critério** subjetivo da

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 15179/23

Data de Início: 24/07/23

Rubrica: 1 Fls: 90

25. Perda de U

dano sobre a es
reação a um da
dos **critérios** d
normativo....de
responsabilidad
"Essa **técnica** d

Doutrinas Essenciais – Novo Processo Civil

2022 • Editora Revista dos Tribunais

Volume I, Revista dos Tribunais, Guilherme Ferreira Rossetto e Gustavo Filipe Barbosa García

Encontrados nesta obra:

52. Controle Judicial da Arbitragem: Competência para Julgar Ação Anulatória de Sentença Arbitral - Capítulo IV - Competência

O **critério objetivo**, segundo Fredie Didier Jr., leva em conta as partes, a causa de pedir e o pedido....Entendido o **critério objetivo** e seus respectivos subcritérios, é necessário esclarecer, ainda, os **critérios** funcional e territorial....O **critério** funcional leva em conta as funções desempenhadas pelo juiz **no** processo, o qual pode ou não ser combinado com o **critério**

O Giro da Racio
Brasileiro e Um
Capítulo I - Teo

Dessa forma, p
dispositivo com
por exemplo: i)
procedimentos
direito **objetivo**

MAIS DOCTRINA (+909) >